

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO

Campus de Irati-PR

Setor de Ciências Sociais Aplicadas – SESA/I

Departamento de Turismo - DETUR

VITOR LUCAS CHOIDA

**ESTUDO COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DA OFERTA TURÍSTICA E
DAS POSSIBILIDADES TURÍSTICAS DOS PARQUES ESTADUAIS DE VILA
VELHA-PR E DO GUARTELÁ-PR**

**IRATI-PR
2013**

VITOR LUCAS CHOIDA

**ESTUDO COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ATUAL DA OFERTA TURÍSTICA E
DAS POSSIBILIDADES TURÍSTICAS DOS PARQUES ESTADUAIS DE VILA
VELHA-PR E DO GUARTELÁ-PR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Turismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Ms. Joécio Gonçalves Soares

**IRATI-PR
2013**

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo agradeço a Deus, inspiração para superar todos os desafios.

À minha grande família, meu pai Victor, minha mãe Valdomira e meus irmãos João, Jovanildo, Josmar, Josiane e Julio César, pela presença e respeito.

À minha outra Irmã Janice, meu cunhado Carlos e minha sobrinha Maria Izabel, pelo auxílio sempre que foi preciso.

Aos todos os amigos presentes e distantes, e aos colegas de faculdade, com os quais convivi durante todos esses anos.

Aos professores da minha banca Diogo e Poliana, pelas correções e sugestões essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Em especial ao meu orientador Joécio, pela parceria e participação precisa em todas as etapas deste estudo.

E aos demais professores que de algum modo contribuíram para minha formação.

O meu muito obrigado!

RESUMO:

A fragilidade ambiental dos espaços destinados à realização de atividades de turismo ecológico trás à discussão a necessidade do planejamento turístico consciente, que trabalhe na redução de impactos negativos ocasionados pela atividade. Outra questão básica é a garantia de uma oferta turística de qualidade, e exploração adequada do potencial desses locais. Este estudo teve por objetivo geral efetuar análise comparativa entre a situação atual e potencialidades turísticas apresentadas pelos Parques Estaduais de Vila Velha e do Guartelá, e como específicos aplicar a metodologia de avaliação de Almeida (2006), e avaliar qual a situação da oferta turística dos parques objetos de estudo. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu em dois períodos. No primeiro foi feito o levantamento da bibliografia, considerando a visão dos principais autores sobre os temas abordados; o segundo foi a saída à campo onde houve a possibilidade de caracterização dos parques, registro fotográfico, observação *in loco* e aplicação dos formulários de avaliação. A realização de tais etapas permitiu encontrar resposta para a pergunta problema da pesquisa: Qual é a situação atual da oferta turística e potencialidades turísticas apresentadas pelos Parques Estaduais de Vila Velha e do Guartelá? Os resultados obtidos apontam que, dentre outras questões, Vila Velha dispõe de melhores estruturas que o Guartelá, mas que com algum investimento em planejamento e divulgação, este último poderia dispor de uma oferta turística de qualidade que fosse capaz de suportar um possível aumento no número de visitas.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação da oferta e potencial turístico, planejamento turístico, Parque Estadual de Vila Velha - PR, Parque Estadual do Guartelá - PR.

RESUMEN:

La fragilidad ambiental de los espacios destinados a la realización de actividad de turismo ecológico tras a la discusión la necesidad del planeamiento turístico consciente, que trabaje en la reducción de impactos negativos ocasionados por la actividad. Otra cuestión básica es la garantía de una oferta turística de calidad, y exploración adecuada del potencial de esos locais. Este estudio tuvo por objetivo efectuar analisis comparativa entre la situación actual y potencialidad turística presentada por los Parques Provinciales de Vila Velha y del Guartelá, y como específicos aplicar la metodología para evaluación de Almeida (2006), y evaluar cuál la situación de la oferta turística de los parques objetos de estudio. El desarrollo de la investigación ocurrió en dos períodos. El primero fue efectuar levantamiento de la bibliografía, considerando la visión de los principales autores sobre los temas abordados; en el segundo ocurrió la salida de campo dónde hubo la posibilidad de caracterización de los parques, registro fotográfico, observación *in loco* y aplicación de las fichas de evaluación. La realización de tales etapas permitió encontrar respuesta para la pregunta problema de la investigación: Cuál es la situación actual de la oferta turística y potencialidad turística presentada por los Parques Provinciales de Vila Velha y del Guartelá? Los resultados indican que, de entre otras cuestiones, Vila Velha dispone de mejores estructuras que lo Guartelá, pero que con alguna inversión en planeamiento y divulgación, este último podría disponer de una oferta turística de cualidad que fuera capaz de soportar un posible aumento en el número de visitantes.

PALAVRAS-CLAVE: Evaluación de la oferta y del potencial turístico, planeamiento turístico, Parque Provincial de Vila Velha, Parque Provincial del Guartelá

LISTA DE FIGURAS

FIG. 1 – A Taça de Vila Velha.....	48
FIG. 2 – A Furna 1.....	49
FIG. 3 – Vista parcial da Lagoa Dourada	49
FIG. 4 – Centro de Visitantes PEVV.....	50
FIG. 5 – Estacionamento PEVV	50
FIG. 6 – Vista parcial da trilha Arenitos e Bosque.....	51
FIG. 7 – Vista parcial da trilha Furnas.....	52
FIG. 8 – Vista parcial da trilha Lagoa Dourada.....	52
FIG. 9 – Mirante Furna 1	53
FIG. 10 – Mirante Lagoa Dourada.....	53
FIG. 11 – Elevador Furnas	53
FIG. 12 – Vista parcial da BR 376.....	54
FIG. 13 – Ônibus do PEVV.....	54
FIG. 14 – O Canyon Guartelá.....	58
FIG. 15 – A Cachoeira da Ponte de Pedra.....	59
FIG. 16 – Painéis	59
FIG. 17 – Centro de visitantes PEG	60
FIG. 18 – Estacionamento PEG	61
FIG. 19 – Trecho trilha básica	61
FIG. 20 – Trecho trilha básica com plataforma elevada.....	61
FIG. 21 – Mirante do Canyon	62
FIG. 22 – Portal de entrada do PEG	62
FIG. 23 – Quiosque.....	63
FIG. 24 – Ponte de madeira	63
FIG. 25 – Vista parcial da PR 340.....	64

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Matriz de avaliação do potencial turístico	15
QUADRO 2 - Composição da Matriz de Avaliação do Projeto Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil	42
QUADRO 3 - Valoração Ecoturística.....	44
QUADRO 4 - Resultados da avaliação dos atrativos turísticos do Parque Estadual de Vila Velha	67
QUADRO 5 - Resultados da avaliação dos equipamentos e serviços turísticos do Parque Estadual de Vila Velha.....	68
QUADRO 6 - Resultados da avaliação da infra-estrutura de apoio turístico do Parque Estadual de Vila Velha	68
QUADRO 7 - Resultados da avaliação da dimensão normativo institucional do Parque Estadual de Vila Velha.....	70
QUADRO 8 - Resultados da avaliação da dimensão outros fatores do Parque Estadual de Vila Velha	71
QUADRO 9 – Média final do Parque Estadual de Vila Velha.....	72
QUADRO 10 - Resultados da avaliação dos atrativos turísticos do Parque Estadual do Guartelá.....	73
QUADRO 11 - Resultados da avaliação dos equipamentos e serviços turísticos do Parque Estadual do Guartelá	74
QUADRO 12 - Resultados da avaliação da infra-estrutura de apoio turístico do Parque Estadual do Guartelá	75
QUADRO 13 - Resultados da avaliação da dimensão normativo institucional do Parque Estadual do Guartelá	76
QUADRO 14 - Resultados da avaliação da dimensão outros fatores do Parque Estadual do Guartelá.....	77
QUADRO 15 – Média final do Parque Estadual do Guartelá	78
QUADRO 16 – Análise comparativa da dimensão atrativos turísticos	80

QUADRO 17 – Análise comparativa da dimensão equipamentos e serviços turísticos	80
QUADRO 18 – Análise comparativa da dimensão infra-estrutura de apoio turístico.	81
QUADRO 19 – Análise comparativa da dimensão normativo-institucional	82
QUADRO 20 – Análise comparativa da dimensão outros fatores	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. METODOLOGIA	13
1.1 MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DE LOCALIDADES RECEPTORAS DE ALMEIDA (2006).....	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1 PLANEJAMENTO TURÍSTICO	24
2.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ECOTURISMO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO.....	27
2.3 OFERTA TURÍSTICA E SEUS COMPONENTES.....	28
2.4 AVALIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA E DO POTENCIAL TURÍSTICO	30
3. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA	34
3.1 AVALIAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT	34
3.2 A ADAPTAÇÃO DA METODOLOGIA DE HIERARQUIZAÇÃO DE RECURSOS TURÍSTICOS DA OEA PARA APLICAÇÃO NA COMUNIDADE AUTÔNOMA DE LA RIOJA POR ALVAREZ CUERVO E LENO CERRO	37
3.3 A MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DE ECOTURISMO NO BRASIL.....	40
4. CARACTERIZAÇÃO DOS PARQUES ESTADUAIS OBJETOS DE ESTUDO	47
4.1 PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	47
4.1.1 Aspectos Relacionados ao Turismo.....	47
4.1.2 Antecedentes Históricos	55
4.2 PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ.....	57
4.2.1 Aspectos Relacionados ao Turismo.....	58
4.2.2 Antecedentes Históricos	64

5. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA MATRIZ ADAPTADA DE ALMEIDA (2006) NOS PARQUES ESTADUAIS DE VILA VELHA E GUARTELÁ-PR.....	67
5.1 RESULTADOS PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA.....	67
5.2 RESULTADOS PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ.....	73
6. ANÁLISE COMPARATIVA DA AVALIAÇÃO DOS PARQUES ESTADUAIS DE VILA VELHA E DO GUARTELÁ	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

Quando dispõem de tempo livre, muitas pessoas têm saído dos grandes centros em busca de descanso e bem estar junto à natureza. Os Parques Estaduais, Unidades de Conservação (UC's) regulamentadas pelo poder público estadual, conforme Costa (2002, p.40), vêm despertando cada vez mais o interesse de pesquisadores, curiosos, estudantes, aventureiros e contempladores. Ainda segundo esta autora, estes locais possibilitam a realização de pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de ecoturismo.

No entanto, para que as áreas abertas à visitação dentro de Unidades de Conservação possam permanecer preservadas, a atividade turística deverá ocorrer de forma organizada. Para isso, se faz necessário conhecer estes locais, em suas peculiaridades e usos, com objetivo de elaborar documentos utilizados no planejamento da área.

Uma etapa importante do planejamento do uso turístico consiste em realizar a avaliação da qualidade da oferta e das potencialidades, permitindo-se assim saber da situação atual, e de acordo com esta, das possibilidades de organização e uso turístico do local. Para Ruschmann (1997) este processo determina o potencial que uma localidade possui para desenvolvimento de turismo, sendo “[...] um elemento fundamental para a tomada de decisões estratégicas, e fornece subsídios para determinar a abrangência dos projetos e a quantidade e qualidade dos equipamentos e da infra-estrutura por instalar” (RUSCHMANN, 1997, p.142). Conforme Almeida (2006), este estudo se encarrega de determinar o valor dos recursos a serem utilizados pela atividade turística, tendo como base suas características intrínsecas.

Portanto, percebendo a importância da avaliação para o planejamento de Parques Estaduais como localidades receptoras de demanda turística, o desenvolvimento desta pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: Qual é a situação atual da oferta turística e as potencialidades turísticas apresentadas pelos Parques Estaduais de Vila Velha e do Guartelá? – no Paraná.

Para isto, tem-se como objetivo geral efetuar análise comparativa entre a situação atual da oferta turística e potencialidades turísticas apresentadas pelos Parques Estaduais de Vila Velha e do Guartelá. Para se chegar a este, são

colocados os seguintes objetivos específicos: Aplicar a metodologia de avaliação da oferta turística e das potencialidades turísticas formulada por Almeida (2006) nos parques objetos de estudo; Avaliar qual a situação da oferta turística do Parque Estadual de Vila Velha; e Avaliar qual a situação da oferta turística do Parque Estadual do Guartelá.

Para o alcance de tais objetivos, este trabalho foi desenvolvido dividido em períodos como salientado na seção que segue referente a metodologia.

1. METODOLOGIA

Para seu desenvolvimento esta pesquisa está dividida em períodos:

Primeiro período: ocorreu o levantamento de bibliografia considerando a visão dos principais autores referente aos temas chave do estudo.

Os temas abordados foram: Planejamento turístico, avaliação de potencial turístico, oferta turística, metodologias de avaliação da oferta, entre outros.

Os autores utilizados como base foram: Leno Cerro (1993), Ruschmann (1997), Ignarra (2003), Barretto (2005), Boullón (2005), Almeida (2006) e outros.

Segundo período: ocorreu da seguinte forma:

Etapa 1- Caracterização dos parques objetos de análise, no que se refere a sua fundação, estruturação e desenvolvimento da atividade turística.

Os documentos utilizados foram: Plano de Manejo do Parque Estadual do Guartelá (IAP, 2002), de Vila Velha (IAP, 2004), entre outros;

Etapa 2 - Registro fotográfico e observação *in loco*; e

Etapa 3 - Ocorreu nos dois parques objetos de estudo, a aplicação dos formulários de avaliação, nos quais estavam dispostos todos os elementos a serem avaliados para ocorrer posteriormente a análise individual e comparativa, sendo estes: atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos, infra-estrutura de apoio turístico, atuação de órgãos de cunho normativo-institucional, planejamento turístico e outros fatores apontados por Almeida (2006). Para cada elemento constava a possível pontuação a ser aferida acompanhada de uma breve análise, de acordo com os critérios e parâmetros propostos na metodologia a ser aplicada.

Os resultados e cruzamentos gerados pelas duas etapas desta pesquisa permitiram avaliar a situação atual do produto turístico ofertado por cada um dos parques, assim como uma análise comparativa, objetivo maior deste estudo, além de apresentar quais são as potencialidades turísticas a serem desenvolvidas.

1.1 MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO DE LOCALIDADES RECEPTORAS DE ALMEIDA (2006)

Este método foi proposto por Almeida (2006) como um dos requisitos para obtenção do título de Doutor.

Com vistas ao seu desenvolvimento o autor utilizou como referência estudos como, a proposta de Leno Cerro (1993, p. 42-50), para avaliação da dimensão “atrativos turísticos”, onde encontra-se um nível para hierarquização estabelecido pela CICATUR/OEA (CENTRO INTERAMERICANO DE CAPACITAÇÃO TURÍSTICA - ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS).

Para a definição das dimensões (atrativos turísticos, equipamentos e serviços turísticos e infra-estrutura de apoio turístico), e suas respectivas categorias de análise, foi utilizada a metodologia de inventário da oferta turística da então Empresa Brasileira de Turismo (1984 *apud* ALMEIDA, 2006, p.163).

Para a definição dos critérios para avaliação referentes à “existência de áreas para expansão dos atrativos e/ou equipamentos turísticos” e “existência de mão-de-obra em quantidade e qualidade para atendimento ao turista” (categorias “disponibilidade de áreas para expansão” e “disponibilidade de mão-de-obra”), a obra utilizada foi a de Cárdenas Tabares (1994 *apud* ALMEIDA, 2006, p.164). Outras dimensões contidas na matriz foram ainda desenvolvidas pelo próprio autor.

O objetivo desta metodologia é realizar avaliação do potencial turístico de localidades receptoras, estando incluída, conforme Leno Cerro (1993, p. 53), em uma avaliação analítica do potencial turístico, e de acordo com a classificação de Smith (1992, *apud* ALMEIDA, 2006 p. 188), como “métodos e técnicas de investigação descritiva de lugares, mais especificamente, na categoria dos métodos separativos de inventário de recursos”.

Para melhor entendimento das terminologias e conseqüentemente do método em questão, serão apresentados a seguir os conceitos referentes às dimensões avaliadas.

Atrativos turísticos: “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los” (BENI, p.302).

Equipamentos e serviços turísticos: consistem em um conjunto construções para a prestação de serviços necessários (BOULLÓN, 2005). Compreendem alojamentos, serviços de alimentação, entretenimentos e transporte para a localidade e dentro dela (RUSCHMANN, 1997, p.139).

Infra-estrutura de apoio turístico: “contempla todos os serviços públicos ou privados que intervêm no turismo, tais como: sistema de transportes, de comunicação, de educação, saneamento, segurança, assistência médico hospitalar” (BRAGA 2007, p. 76).

Normativo-institucional: é o conjunto de estruturas e organizações oficiais e não governamentais responsáveis pelo planejamento e pela gestão pública e compartilhada do turismo na localidade e dos instrumentos facilitadores destes processos (ALMEIDA 2006, p. 162).

Planejamento turístico participativo: “corresponde à análise dos níveis de envolvimento e aceitação da comunidade local nos processos de planejamento e/ou desenvolvimento turístico da localidade” (ALMEIDA 2006, p. 162).

Outros fatores: considera-se àqueles pertinentes aos processos de planejamento e/ou desenvolvimento turístico da localidade, como a proximidade dos núcleos emissores de demanda, a disponibilidade de áreas para possível expansão futura dos atrativos e/ou equipamentos turísticos e a disponibilidade de mão-de-obra para atendimento ao turista (ALMEIDA 2006, p. 162).

A seguir apresenta-se a matriz de avaliação do potencial turístico. Importante salientar que tal metodologia foi construída para ser aplicada em municípios turísticos, contudo, para este trabalho ela foi adequada, com vistas a sua aplicação nos parques estaduais que aqui são objeto de estudo. Neste sentido, os fatores que não seriam necessários, no que se referem às dimensões: *Atrativos turísticos*: as categorias: Manifestações e usos tradicionais e populares, Atividades econômicas, e Acontecimentos programados; *Equipamentos e serviços turísticos*: as categorias: Meios de hospedagem - estabelecimentos hoteleiros e extra hoteleiros, e Alimentação; *Infra-estrutura de apoio turístico*: as categorias: Sistema de segurança, e Equipamento médico hospitalar; *Normativo-institucional*: na categoria Estrutura, os indicadores: Existência e atuação do conselho municipal de turismo, Existência e gestão do fundo municipal de turismo, Existência e atuação de outras organizações não governamentais de fomento e promoção do turismo; e toda a dimensão *Planejamento turístico participativo*, quando da avaliação dos parques foram retirados da matriz, não representando nenhum dano na sua aplicação e resultados obtidos.

Quadro 1: Matriz de avaliação do potencial turístico

Dimensões	Categorias de Análise	Indicadores	Crítérios	Pontuação
-----------	-----------------------	-------------	-----------	-----------

Atrativos turísticos	Naturais (e seus respectivos tipos e subtipos)	Hierarquia dos atrativos	Atrativo com características excepcionais e de grande significado para o mercado turístico internacional, capaz por si só de motivar uma importante corrente (atual ou potencial);	5
			Atrativo excepcional capaz de motivar uma corrente (atual ou potencial) de visitantes nacionais ou estrangeiros, seja por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos;	4
			Atrativo com alguma característica chamativa, capaz de interessar a visitantes provenientes de longa distância que tivessem chegado a esta zona por outras motivações turísticas;	3
	Histórico-culturais (e seus respectivos tipos e subtipos)		Atrativo interessante, capaz de motivar correntes turísticas regionais ou locais; e	2
			Atrativo sem méritos suficientes para ser considerado nas hierarquias anteriores, mas que representa um papel complementar, diversificando e potencializando os demais recursos.	1

Equipamentos e serviços turísticos	Entretenimento e outros serviços turísticos (e seus respectivos tipos e subtipos)	Estrutura/ qualidade dos equipamentos e serviços	Equipamento com capacidade altamente favorável quanto as instalações e serviços para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos;	5
			Equipamento com capacidade favorável quanto as instalações e serviços para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos;	4
			Equipamento com capacidade restrita quanto a instalações e serviços para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos;	3
			Equipamento com capacidade precária quanto a instalações e serviços para atender satisfatoriamente turistas, individualmente ou em grupos; e	2
			Equipamento com capacidade precária quanto a instalações e serviços sem condições para atender satisfatoriamente turista em grupos.	1

Infra-estrutura de apoio turístico	Abastecimento de água, rede de esgotos, limpeza pública, e energia elétrica(parque e população local),	Estrutura / qualidade dos equipamentos	Estrutura em condições altamente favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	5
	Sistema de transportes		Estrutura em condições favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	4
			Estrutura em condições restritas para atender satisfatoriamente a demanda turística;	3
			Estrutura em condições precárias para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística; e	2
	Sistema de comunicações		Estrutura sem condições para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística.	1
	Acesso rodoviário à localidade	Condições das vias de acesso e dos recursos, serviços e instalações de apoio a veículos, (sinalização rodoviária e turística)	Estrutura em condições altamente favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	5
			Estrutura em condições favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda	4

			turística;	
			Estrutura em condições restritas para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	3
			Estrutura em condições precárias para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística; e	2
			Estrutura sem condições para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística.	1
	Circulação interna	Condições das vias de acesso	Estrutura em condições altamente favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	5
			Estrutura em condições favoráveis para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	4
			Estrutura em condições restritas para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística;	3
			Estrutura em condições precárias para atender satisfatoriamente a	2

			população local e/ou a demanda turística; e	
			Estrutura sem condições para atender satisfatoriamente a população local e/ou a demanda turística.	1
Normativo-institucional	Estrutura	Existência e atuação do órgão oficial de turismo no parque	Órgão oficial altamente atuante quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo;	5
			Órgão oficial atuante de forma satisfatória quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo;	4
			Órgão oficial atuante de forma limitada quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo;	3
			Órgão oficial pouco atuante quanto ao planejamento e desenvolvimento do turismo; e	2
			Inexistência de órgão oficial de turismo.	-
	Instrumentos de planejamento e gestão pública compartilhada do turismo	Existência de plano de desenvolvimento turístico atuante no parque	Plano de desenvolvimento turístico oficialmente criado e em implantação;	5
			Plano de desenvolvimento turístico oficialmente criado, mas ainda não implantado (total ou parcialmente), ou em fase de elaboração; e	3
			Inexistência de	

			plano de desenvolvimento turístico	-	
		Existência de legislação turística, urbana, ambiental e/ou de proteção ao patrimônio e de mecanismos de fiscalização do cumprimento da legislação atuante no parque;	Legislação existente e em vigor;	5	
			Legislação existente, mas ainda não em vigor, ou em fase de elaboração; e	3	
			Legislação inexistente.	-	
		Inserção do parque em planos, programas e/ou projetos de desenvolvimento turístico de âmbito regional, estadual e/ou nacional	Participação oficial efetiva do parque	5	
			Participação do parque oficialmente estabelecida mas ainda não efetiva; e	3	
			Ausência de participação oficial do parque.	-	
	Comunicação e distribuição:	Possibilidade de integração do parque em roteiros e/ou circuitos	Integração oficial efetiva do parque;	5	
				Integração do parque oficialmente estabelecida mas ainda não efetiva; e	3
				Ausência de integração oficial do parque.	-
			Ações de divulgação	Divulgação efetiva do parque por parte do órgão oficial de turismo e/ou de organizações não governamentais de âmbito municipal atuantes quanto ao planejamento e/ou desenvolvimento do turismo;	5
				Divulgação limitada do parque por parte do órgão oficial de turismo ou de organizações não	3

			governamentais de âmbito municipal atuantes quanto ao planejamento e/ou desenvolvimento do turismo; e	
			Ausência de divulgação do parque por parte do órgão oficial de turismo e/ou de organizações não governamentais de âmbito municipal atuantes quanto ao planejamento e/ou desenvolvimento do turismo.	-
Outros fatores	Proximidade da demanda	Distância dos principais centros emissores regionais	Inferior a 100 km	5
			De 100Km a 200Km	4
			De 200Km a 300Km	3
			De 300Km a 400Km	2
			Acima de 400Km	1
	Disponibilidade de áreas para expansão	Existência de áreas para expansão dos atrativos e/ou equipamentos turísticos	Existente em quantidade e qualidade adequadas;	5
			Existente em quantidade e qualidade aceitáveis;	4
			Limitada	3
			Escassa, com custos adicionais consideráveis; e	2
			Praticamente inexistentes.	1
	Disponibilidade de mão-de-obra	Existência de mão-de-obra em quantidade e qualidade para atender ao turista	Existente em quantidade e qualidade adequadas;	5
			Existente em quantidade e qualidade aceitáveis;	4
			Limitada	3

			Escassa, com custos adicionais consideráveis; e	2
			Praticamente inexistentes.	1

Fonte: Adaptada de Almeida (2006, p. 165 - 187).

A partir das pontuações atingidas pelos itens avaliados, se faz o cálculo para saber a média atingida por cada dimensão. Por meio da soma das médias atingidas nas dimensões avaliadas e divisão pelo número de tais dimensões se consegue chegar às médias finais.

Com relação ao cálculo das médias, o critério de arredondamento apontado por Almeida (2006) é o que foi estabelecido na metodologia de inventário da oferta turística da EMBRATUR, ou seja, quando o resultado da divisão for de até 1,5 este resultado deve ser arredondado para 1, e quando a divisão for igual ou superior a 1,51 então o resultado deve ser arredondado para 2 (EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO, 1984, *apud* ALMEIDA, 2006).

A matriz de Almeida (2006) não apresenta nenhuma fórmula matemática a ser usada após a avaliação para levantamento de resultados, ou para cálculo da média final, sendo utilizada apenas a soma e divisão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção é apresentada uma discussão conceitual sobre os temas principais desta pesquisa. Para sua construção foram abordados, primeiramente, conceitos referentes a planejamento turístico e planejamento turístico em áreas naturais, a oferta turística e seus componentes, avaliação da oferta turística e potencial turístico. Os autores utilizados como base são: Leno Cerro (1993), Ruschmann (1997), Ignarra (2003), Boullón (2005), Almeida (2006) e Costa (2002).

2.1 PLANEJAMENTO TURÍSTICO

O planejamento é uma ferramenta indispensável no desenvolvimento harmonioso da atividade turística para com o ambiente em que se insere, tanto para ordenamento do espaço como das atividades a serem realizadas pelos visitantes.

Segundo Ruschmann (1997, p.83) este processo pode ser definido como “uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar os objetivos propostos”. Da mesma forma Petrocchi (1998, p.19) entende que este processo consiste basicamente em definir “um futuro desejado” e também às “providências necessárias à sua materialização”.

Outra importante contribuição para a compreensão do assunto questão é a de Molina (2001, p.79). De acordo com ele

O planejamento é o resultado de um processo lógico de pensamento, mediante o qual o ser humano analisa a realidade abrangente e estabelece os meios que lhe permitirão transformá-la de acordo com seus interesses e aspirações.

Este autor diz ainda que, o conteúdo do planejamento deve estar em congruência com a realidade a qual se pretende modificar. Então é necessário conhecê-la. De acordo com Braga (2007, p.2) através do conhecimento desta realidade é possível ordenar melhor o processo.

Braga (2007, p.3) ainda discorre que o planejamento, em seu modo de ser é contínuo e renovável, e isso se deve ao fato de que as intervenções propostas pelo processo vêm a gerar mudanças, as quais devem ser tomadas em conhecimento, para que assim, o processo possa ser novamente iniciado, e então novos objetivos venham a ser traçados.

Seguindo neste raciocínio, Petrocchi (1998, p.21) considera que o trabalho de planejamento consiste em um sistema de três períodos (informação, decisão e ação), sendo assim explicado: primeiramente ocorre a coleta de *informação*. Em seguida sobre a análise desta informação se determina uma *decisão*. Tendo decidido o que será feito realiza-se a *ação*. Então o resultado desta ação traz uma nova *informação*, e assim sucessivamente.

Diante do que foi exposto até o momento observa-se os seguintes conceitos-chave para elaboração e implantação do processo de planejamento: o conhecimento da realidade, a definição de objetivos, as ações para atingi-los, e que este está direcionado para o futuro.

Tendo conhecido o processo e refletido sobre a sua finalidade, aproximamos o assunto para com a realidade do turismo receptivo, entendendo como este vem a ser utilizado para desenvolvimento do turismo em localidades. Sendo assim, conforme Braga (2007, p.8) o

Planejamento turístico é o processo de avaliação do núcleo receptor (comunidade, oferta turística e demanda real) da demanda potencial e dos destinos turísticos concorrentes, com o intuito de ordenar ações de gestão pública direcionados ao desenvolvimento sustentável [...].

Conforme Ruschmann e Widmer (2000, p.67) ele tem por objetivo:

[...] ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade. Constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade turística, determinando suas dimensões ideais para que, a partir daí, se possa estimular, regular ou restringir sua evolução.

Percebe-se que o planejamento do turismo, o qual deve ser desenvolvido de acordo com princípios de sustentabilidade apresenta grande preocupação com os impactos turísticos negativos, já que estes podem prejudicar a própria atividade em questão.

Assim sendo, de acordo com Braga (2007) o planejamento da atividade turística poderá ser desenvolvido de três maneiras distintas, de acordo com suas características. Conforme esta autora (2007, p.8-9) este processo pode ser: *preventivo*, “realizado para estruturar a [...] localidade, visando a desenvolver a atividade turística de forma ordenada e controlada, de acordo com os ditames de

sustentabilidade”; *corretivo*, que “tem a função de melhorar a situação da atividade turística, otimizando potencialidades e revertendo quadros de insucesso”; ou *misto*, que “conjuga ações preventivas e corretivas”, sendo o mais comum, pois “mesmo em um trabalho de planejamento preventivo, existem situações que exigem direcionamentos corretivos”.

Tendo visto os tipos de planejamento turístico, passemos agora a conhecer as principais etapas que compõe este processo, as quais, segundo Braga (2007, p.13-15) são cinco:

- *Introdução*: corresponde à delimitação do objeto de estudo definição da missão que justifica o processo de planejamento;
- *Inventário da situação atual*: levantamento de dados referentes ao objeto ou a área de pesquisa, no que diz respeito à oferta, demanda, comunidade e concorrência;
- *Diagnóstico*: consiste na análise e avaliação da área estudada, sendo elaborado de acordo com metodologias e técnicas específicas do estudo do turismo;
- *Prognóstico*: aqui são feitas as projeções e determinadas às tendências que irão delinear as perspectivas da atividade turística na área delimitada; e
- *Diretrizes de ação*: que vem a ser propostas para evitar impactos negativos, otimizar benefícios do turismo e garantir que o desenvolvimento da atividade turística ocorra de maneira sustentável.

Portanto, o planejamento de uma localidade turística é elaborado considerando uma sequência de etapas, as quais deverão ser vencidas de acordo com a ordem e metodologias específicas.

Ao levantar em questão o planejamento turístico direcionamos agora sua relevância para as Unidades de Conservação (UC's) e outros locais onde são realizadas atividades referentes ao ecoturismo.

2.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ECOTURISMO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO

Para desenvolvimento do ecoturismo em Unidades de Conservação, é necessária a realização de estudos para planejamento da área e das atividades que poderão vir a ser realizadas pelos visitantes.

Para entender o que vem a ser uma UC, consideremos a definição oficial contida no artigo 2º do SNUC - (SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO). De acordo com este documento entende-se por Unidade de Conservação:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, s/p.).

Uma das categorias de Unidades de Conservação bastante popular vem a ser os Parques Estaduais. O objetivo básico destas áreas, assim como outras dessa categoria (Nacionais e Municipais), de acordo com o artigo 11º do SNUC vem a ser:

a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000, s/p.).

Segundo Costa (2002) os parques vêm a ser uma das categorias de Unidades de Conservação mais importantes para o desenvolvimento do turismo em áreas naturais protegidas ou ecoturismo, por possuir monumentos e paisagens naturais de grande relevância, principais atrativos motivadores de visitas, e trazer possibilidades de realização de pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de ecoturismo (COSTA 2002, p.43). No entanto várias UC's ainda carecem de estudos referentes à limitação de áreas e de possibilidades de exploração turística, e isso se deve ao fato de que muitos destes locais ainda não possuem plano de manejo, documento este que "define e delimita o uso adequado em zonas específicas e cria normas para

essa utilização” (COSTA, 2002, p.40) e, portanto, vem a ser de suma importância para planejamento do uso turístico destes locais.

Com relação a isso Boullón (2002) discorre que as metas do planejamento turístico em áreas naturais protegidas correspondem à conservação do meio natural de modo que as estruturas e atividades turísticas o afetem minimamente. Para Costa (2002) este processo deve buscar atender adequadamente aos princípios de sustentabilidade, de modo a garantir uma “integração harmoniosamente positiva entre homem e natureza” (p. 64-65).

Ainda seguindo neste assunto, o adequado planejamento do turismo em áreas naturais, para Boullón (2002), deve primar pela organização dos usos turísticos do espaço, sem pensar em planejar a paisagem, pois esta ocorre por processo natural, não podendo ser modificada. Ou seja, é o turismo que tem que se adequar ao espaço, dependendo de sua fragilidade, e não modificar um espaço com características únicas para o turismo. Sendo assim, para Costa (2002) o processo deve buscar que o desenvolvimento da atividade turística se realize com mínimo de impacto ambiental possível.

Portanto o planejamento é imperativo em qualquer seguimento da atividade turística, pois se bem elaborado este vem a solucionar com mais eficiência os problemas futuros e muitas vezes evitá-los (RUSCHMANN, 1997).

Deste modo, observa-se quão indispensável é o processo quando se trata da organização do turismo, com o objetivo de a atividade se desenvolver de forma harmoniosa, sendo assim uma necessidade quando se trata de áreas naturais, pelas suas características intrínsecas referentes à fragilidade desses meios.

Percebe-se que o planejamento do turismo interfere diretamente na organização e estruturação da oferta turística, enquanto elemento de organização e norteio das ações sobre os espaços, organizando assim as facilidades necessárias para a recepção e atendimento aos turistas. Na seção que segue é apresentada a descrição dos componentes que estruturam a oferta turística.

2.3 OFERTA TURÍSTICA E SEUS COMPONENTES

A oferta turística é tudo aquilo que uma localidade possui e que de alguma forma esteja relacionado com o turismo, ou seja, o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços que ocorrem neste local. Estes elementos estão dividido

em três grandes grupos: atrativos turísticos, recursos e infra-estrutura (BRAGA, 2007).

Os atrativos turísticos, na visão de Cerro (1992, *apud* RUSCHMANN, 2000, p.11) são elementos materiais com capacidade própria ou que estão relacionados a outros para atrair visitantes. Segundo Beni (1998) integram o marco geográfico, ecológico e cultural de um determinado lugar, podendo ser subdivididos em naturais e culturais.

Já para Boullón (2005) os atrativos são a matéria prima do turismo, o que pode ser compreendido, uma vez que a existência dos mesmos é a principal motivação para a realização de viagens turísticas.

Podemos perceber que os atrativos vêm a ser os principais elementos da oferta, e a razão de ser da atividade em questão, considerando que sem estes não haveria deslocamentos turísticos.

Ainda seguindo considerando sobre os atrativos Braga (2007), que compreende estes como elementos que já recebem visitação, e que possuem estruturas adequadas para propiciar experiências turísticas. Conforme a mesma autora, sem estas estruturas teríamos apenas recursos turísticos, entendidos como elementos com potencial para se tornar um atrativo, onde a ocorrência de visitação resulta em s rios impactos negativos como depreda o, e conseqüentemente redu o de sua atratividade.

Portanto notamos a necessidade de equipamentos e serviços nas localidades destinos turísticos, para que a atividade ocorra de maneira organizada, causando o mínimo de impactos, e para entretenimento, bem estar e satisfa o das necessidades básicas dos visitantes. Estes se referem a outra parte importante da oferta turística.

Boullón (2005) afirma que os equipamentos de uso turístico consistem em um conjunto de constru es para a presta o de serviços necessários, os quais segundo Ruschmann (1997, p.139) compreendem alojamentos, serviços de alimenta o, entretenimentos e transporte para a localidade e dentro dela.

Já para Andrade (1992) estes equipamentos e serviços vêm a ser especificamente: a) instala es e serviços de hospedagem; b) instala es e serviços de recep o e atendimento, orienta o e acompanhamento de turistas, incluindo aqueles relacionados ao repasse de informa es aos visitantes; c) organiza o para

recreação, prática de esportes, dentre outros; d) e as vias de acesso e os meios de transporte.

Trazendo o assunto para a realidade das Unidades de Conservação (UC's), Petrocchi (1998, p.133) destaca que os equipamentos e atividades necessárias para desenvolvimento do turismo nestes locais vêm a ser: visitas acompanhadas de guias; pistas sinalizadas, onde o visitante poderá descobrir por si mesmo os recursos naturais; salas de exposições, com uso de multimídia, acervos do local, abordagens de temas interessantes, etc; centro de estudos e pesquisas; observatórios que permitam mostrar em detalhes a beleza paisagística ou a fauna, sem agressões ao meio.

Assim, diante de tudo que foi exposto, podemos concluir que a oferta turística em geral é responsável por atrair e manter visitantes em uma determinada localidade, tendo os atrativos o papel de motivar a visita, ficando os equipamentos e serviços com a responsabilidade bem acomodá-los durante sua estada.

Esta oferta apresenta particularidades as quais devem ser avaliadas quando no desenvolvimento de documentos para planejamento destes locais. Sendo assim, a seção que segue trata desta ferramenta do planejamento: a avaliação da oferta turística e de seu potencial.

2.4 AVALIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA E DO POTENCIAL TURÍSTICO

Para que o planejamento do turismo possa ocorrer de maneira eficiente, seus objetivos de desenvolvimento devem ser elaborados considerando o conhecimento detalhado dos componentes da oferta turística, o que vem a ocorrer durante a etapa inventário, o qual, segundo Braga (2007, p.115) “descreve a situação atual do objeto de estudo”. Através dos dados levantados neste estudo elabora-se então o diagnóstico, etapa que, conforme a mesma autora (2007, p.115) vem a “aplicar critérios de avaliação e análise adequados ao processo de planejamento turístico”.

A avaliação da oferta turística, ou seja, do conjunto de atrativos, equipamentos e serviços existentes em uma localidade e que de alguma forma estão relacionados ao turismo é uma das etapas chave para o planejamento do turismo em localidades.

Como visto no capítulo anterior, os principais elementos da oferta turística são os atrativos, os quais conforme Ruschmann (1997, p.142) para fins de avaliação

correspondem “a todos os elementos relacionados com as condições naturais e os aspectos sócio-culturais das localidades em estudo”.

Com relação aos atrativos, a avaliação consiste na “análise crítica das atrações, [...] a fim de estabelecer seu interesse turístico” (BRAGA, 2007, p.142). De acordo com esta autora (2007, p. 117) o processo permite ainda “determinar a importância atual ou futura, de um recurso ou atrativo em relação a outros atrativos de características semelhantes encontrados em destinos concorrentes”.

Quanto a sua importância, Ruschmann (1997, p.142) declara que o conhecimento e avaliação dos atrativos têm papel fundamental na determinação de medidas para o desenvolvimento turístico de uma localidade. Destaca ainda, que através desta avaliação é possível adequar equipamentos, atividades e dimensões da demanda para com as características do ambiente em que se encontram.

Conforme Braga (2007) a verificação da imagem e qualidade da oferta, realizada durante a avaliação, pode ser realizada através de pesquisas, onde os resultados servirão de base para orientar os planejadores na determinação de ações futuras. “Para essa tarefa, é necessário reunir um conjunto de fatores que permitam captar a qualidade e os valores específicos de cada elemento presente no núcleo turístico” (2007, p.117).

Outra vantagem referente à avaliação consiste na determinação do potencial que uma localidade possui para desenvolvimento de atividades referentes ao turismo, ou seja, suas verdadeiras possibilidades para tal. Portanto apresentaremos agora conceitos referentes à avaliação do potencial turístico.

Primeiramente cabe lembrar que a expressão potencial turístico por vezes vem sendo utilizada de maneira inadequada, principalmente em se tratando de discursos políticos. De acordo com Almeida (2006) o fato de um local possuir potencial para desenvolvimento da atividade turística não quer dizer que este, sem o planejamento necessário, encontre-se apto a receber turistas.

Portanto, para entendermos melhor em que consiste a expressão potencial, apresentamos a definição de Almeida (2006, p.215 e 216). O autor sugere que:

Potencial turístico pode ser entendido como a existência de condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável, destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente.

Entender o significado de potencial turístico é de importância ímpar já que tratamos aqui da avaliação do mesmo em localidades.

A verificação da potencialidade que uma localidade possui para desenvolvimento da atividade turística é feita através de uma ferramenta de planejamento que consiste na avaliação e análise de oferta.

Segundo Ignarra (2003, p.85) a avaliação do potencial ocorre durante o planejamento, precisamente no estudo diagnóstico da localidade e seus recursos que corresponde à análise dos componentes turísticos tanto efetivos como potenciais.

Este processo trás a situação atual do local visando seu melhor aproveitamento pela atividade turística, tendo em vista a sua conservação, e para Leno Cerro (1993) a avaliação de potencial constitui o ponto chave no estudo de uma localidade, onde já ocorre turismo, ou que ainda quer desenvolver esta atividade.

Neste sentido,

Os métodos de classificação e inventário dos recursos constituem os primeiros passos na análise do potencial turístico de uma zona, facilitando a identificação daqueles elementos ou atividades que tenham certo poder atual ou potencial para atrair a demanda turística. Certamente, o valor real do potencial turístico de uma área não se mede unicamente pelo número de atrativos que reúne, mas sim pela qualidade destes (LENO CERRO 1993, p.51).

Portanto percebe-se a avaliação como uma fase essencial do planejamento turístico, pois permite conhecer de forma aprofundada o local e seus recursos para que assim se possam tomar decisões eficientes para o desenvolvimento da atividade turística, tanto para êxito econômico como no que diz respeito à proteção do patrimônio e ao bem estar da comunidade local.

Para Bissoli (2000, p. 114) a avaliação do potencial turístico em localidades ainda possui outros benefícios:

[...] pode ser utilizada não só para indicar quais decisões devem ser tomadas como também para alertar sobre as possíveis consequências da aplicação de uma determinada medida, o que oferecerá vantagens competitivas no processo de decisão, diminuição de erros e maior rapidez.

Sendo assim, o estudo/análise da oferta é indispensável tendo em vista desenvolver as localidades com base em suas características mais peculiares, de

acordo com o adequado planejamento, permitindo assim, que o turismo se torne uma atividade positiva para os locais, e não uma atividade que degrada o espaço.

Em sua tese de doutorado Almeida (2006) apresenta um total de 13 metodologias, as quais trazem grande contribuição para com o objetivo principal de seu trabalho sendo este “identificar as possibilidades de uma factível e confiável avaliação do potencial turístico de localidades receptoras” (ALMEIDA, 2006, p. 25).

Para apoiar esta pesquisa escolhemos três metodologias, as quais estão descritas na seção que segue deste estudo.

3. METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

Neste momento são apresentadas três metodologias de avaliação citadas na tese doutoral de Almeida (2006), as quais vêm a incrementar o conhecimento sobre avaliação da oferta turística e do potencial turístico.

3.1 AVALIAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT

Este documento, o qual se encontra na obra de Leno Cerro (1993), consiste em um manual para avaliação de recursos turísticos, tendo por objetivo estudar um modo de obter uma análise tipológica e desenvolver um inventário de recursos turísticos efetivos e/ou potenciais de uma determinada região ou país, a fim de propor medidas para proteção, conservação e melhor aproveitamento desses recursos.

De acordo com a publicação, esta avaliação seria realizada em cima das informações recolhidas durante o inventário dos recursos turísticos, sendo possível definir a sua importância atual e futura quando comparados a outros com características semelhantes. (LENO CERRO, 1993).

Conforme autor antes mencionado, para esta avaliação consideram-se os seguintes fatores:

Fatores internos:

Fazem referência às qualidades e valores específicos que possuem cada recurso. Dentro desta categoria, incluem-se dois tipos de fatores: os que fazem referência ao grau de utilização do recurso e os que se referem às características intrínsecas do recurso;

- Grau de utilização do recurso:

- Urbanização: avaliada segundo o tipo (urbanização turística, mista ou não turística), segundo a qualidade da construção e da ordenação urbana (boa, média ou má), e segundo a intensidade de urbanização do recurso (elevada, média ou deficiente);

- Infra-estrutura: nesta epígrafe devem-se considerar as características das infra-estruturas em matéria de meios de transporte, o nível dos serviços oferecidos e o nível destes serviços com relação às necessidades da demanda;
- Equipamentos e serviços turísticos: deve-se valorar tanto a qualidade como a quantidade dos meios de alojamento existentes (hoteleiros e extra-hoteleiros), da oferta turística complementar (alimentação, agências de viagens, espaços para eventos e esportes, etc.) e dos serviços turísticos (informação, comercialização e transporte);
- Características intrínsecas: aspectos que definem a própria natureza do recurso e, portanto, apresentam uma grande variedade, segundo o recurso de que se trate;

Fatores externos

São aqueles que, de um modo direto, determinam a demanda final, limitando ou estimulando os valores internos do próprio recurso:

- Acessibilidade: análise da quantidade e da qualidade dos acessos ao recurso a partir dos lugares de origem da demanda, bem como da disponibilidade de meios públicos de transporte;
- Proximidade a centros emissores: derivado do aspecto anterior e do princípio de gravidade: quanto menor for a distância que separa o recurso do centro emissor, maior será o poder de atração daquele;
- Especificidade do recurso: trata-se de medir a valia turística do recurso em comparação com outros recursos da mesma natureza, considerando igualmente seu grau de singularidade;
- Importância do recurso: determinada pelo impacto do recurso no mercado turístico e o volume de demanda que gera.

Para a avaliação final do recurso, aplica-se, a cada um dos fatores considerados, uma escala de valores, geralmente de 0 a 3 pontos, indicando assim a intensidade de cada fator (LENO CERRO, 1993). Através do produto das pontuações, obtido pelos valores internos e externos do recurso, conforme as fórmulas descritas a seguir determinam o seu valor turístico:

$$VT = x \times y$$

$$x = A + B + C + D$$

$$Y = E + F + G + H$$

Onde:

VT = valor turístico do recurso;

x = soma das pontuações obtidas pelos fatores internos:

A = avaliação do elemento urbanização;

B = avaliação das infra-estruturas;

C = avaliação dos equipamentos e serviços;

D = avaliação das características intrínsecas do recurso;

y = soma das pontuações obtidas pelos fatores externos:

E = avaliação das condições de acessibilidade;

F = avaliação da proximidade a centros emissores;

G = avaliação da especificidade do recurso;

H = avaliação da importância do recurso.

O objetivo deste método não é determinar o valor do potencial de um recurso, mas realizar a valoração de diversas zonas, para ordenamento das prioridades de planeamento e desenvolvimento do turismo (LENO CERRO, 1993).

Leno Cerro (1993, p. 75) diz ainda que

Esta ordem de prioridade ou, dito de outro modo, o valor turístico da zona, é estabelecido com base nos recursos turísticos que nela se localizam e nas características próprias do conjunto da zona. O procedimento de avaliação, muito similar ao já explicado para o caso dos recursos, parte da avaliação de uma série de fatores internos e externos que são recolhidos em uma ficha de inventário turístico para cada uma das zonas consideradas [...].

O valor turístico da zona analisada seria verificado através do produto das pontuações, obtido pelos valores internos e externos do recurso (LENO CERRO, 1993):

$$VTZ = FI \times FE$$

Onde:

VTZ = valor turístico da zona;

FI = valor dos fatores internos da zona: soma dos valores dos fatores internos (A, B, C e D) dos N recursos presentes na área x:

$$FI = \sum_{x=1}^N A_x + \sum_{x=1}^N B_x + \sum_{x=1}^N C_x + \sum_{x=1}^N D_x$$

FE = soma dos fatores externos da zona:

$$FE = E + F + G + H$$

Onde:

E = facilidades de acesso e comunicação a partir dos centros emissores;
F = especificidade da zona em relação a outras;
G = proximidade de centros emissores;
H = importância turística da zona como fonte de atividades turísticas e de captação da demanda em relação às demais zonas.

Por fim, Leno Cerro (1993) assegura que através dos valores apontados para cada uma destas zonas, pode ser estabelecida uma hierarquia de acordo com sua importância turística e, a qual vem a apontar uma ordem de prioridades para seu planejamento e desenvolvimento.

Analisando esta metodologia percebem-se como alguns pontos positivos, tais como, o direcionamento dela para proteção, conservação e melhor aproveitamento desses recursos; o levantamento de dados considera qualidades e valores específicos para cada recurso, o que é importante considerando que local apresenta características diferentes e únicas; além de que este considera tanto fatores internos como externos que, de maneira direta ou indireta, vêm a influenciar sobre a oferta turística de forma geral.

Percebe-se também que este método foi desenvolvido para aplicação em áreas mais amplas, como regiões ou países, devendo o mesmo ser adaptado quando se desejar aplicá-lo apenas em um local específico.

3.2 A ADPTAÇÃO DA METODOLOGIA DE HIERARQUIZAÇÃO DE RECURSOS TURÍSTICOS DA OEA PARA APLICAÇÃO NA COMUNIDADE AUTÔNOMA DE LA RIOJA POR ALVAREZ CUERVO E LENO CERRO

De acordo com Leno Cerro (1993) a metodologia de inventário e hierarquização dos atrativos turísticos, proposta pela OEA, “sofre de alguns defeitos de relevante importância”. Ele discorre que

a qualificação hierárquica de cada recurso em função do tipo de demanda que atrai é, na maior parte das vezes, muito subjetiva, pois, salvo em casos isolados, não existem estatísticas que permitam definir os distintos segmentos de demanda gerados pelo recurso; por outro lado, este método não leva em consideração, na valoração dos recursos, uma série de fatores internos ao próprio recurso que, de um modo ou de outro, podem incrementar ou diminuir seu potencial turístico (LENO CERRO, 1993, p. 47).

Foi então que, Alvarez Cuervo e Leno Cerro, ao realizar um trabalho referente à Comunidade Autônoma de La Rioja (Espanha), sugerem a correção de tais defeitos através da utilização de “um fator de ponderação” referente a zona em que está localizado o recurso, o qual viria a corrigir a hierarquia inicial concedida ao recurso. Este método viria então a considerar, para a determinação de valores, três importantes elementos: “a conectividade (acessibilidade física), a concentração de recursos e a oferta de alojamento e restauração” (LENO CERRO, 1993, *apud* ALMEIDA, 2006, p.88-89)

Este fator de ponderação espacial seria resultante do produto dos três elementos já mencionados, somado a uma constante:

$$FP(X) = FC(x) \times FCR(x) \times FHR(x) + K$$

Onde:

FP(x) = fator de ponderação da zona x;
FC(x) = fator de conectividade da zona x;
FCR(x) = fator de concentração de recursos da zona x;
FHR(x) = fator de lugares de alojamento e restauração da zona x;
K = constante (k=1).

Para a aplicação desta metodologia foi necessário que a Comunidade Autônoma fosse dividida em zonas, e que fossem calculados os elementos que interferem no fator de ponderação de cada uma delas (ALMEIDA, 2006, p.89). Ainda de acordo com Almeida (2006)

O grau de conectividade foi determinado a partir de uma escala de 1 a 4 pontos, em função da densidade e qualidade da malha de estradas, na qual o valor 1 correspondia a áreas de escassa conectividade, através exclusivamente de estradas que ligam comarcas umas às outras e estradas locais (menos de 3 km de estrada por cada 10 km²), e o valor 4 a zonas ligadas por autopista e com uma malha compacta de estradas nacionais e a estradas que ligam comarcas umas às outras e estradas locais que proporcionem boa comunicação linear e transversal (um mínimo de 3 km de autopista e outros 4 km de estradas nacionais, estradas que ligam comarcas umas às outras e estradas locais por cada 10 km² de superfície). O limiar de cada um destes níveis foi calculado sobre a base da realidade regional (p.89).

O fator “concentração de recursos” de cada uma destas zonas seria calculado através da “soma das hierarquias primárias de seus recursos com relação à soma das hierarquias primárias de todos os recursos presentes na Comunidade Autônoma” (ALMEIDA, 2006, p.90).

Para Leno Cerro (1993), as hierarquias primárias correspondem às pontuações concedidas a cada um dos recursos, com relação ao tipo de demanda atraída por este, sendo assim classificadas:

- Hierarquia 5: atrativo com características excepcionais e de grande significado para o mercado turístico internacional, capaz por si só de motivar uma importante corrente (atual ou potencial);
- Hierarquia 4: atrativo excepcional capaz de motivar uma corrente (atual ou potencial) de visitantes nacionais ou estrangeiros, seja por si só ou em conjunto com outros atrativos contíguos;
- Hierarquia 3: atrativo com alguma característica chamativa, capaz de interessar visitantes provenientes de longa distância que tivessem chegado a esta zona por outras motivações turísticas;
- Hierarquia 2: atrativo interessante, capaz de motivar correntes turísticas regionais ou locais;
- Hierarquia 1: atrativos sem méritos suficientes para serem considerados nas hierarquias anteriores, mas que representam um papel complementar, diversificando e potencializando os demais recursos

O fator referente a lugares de alojamento e restauração foi estabelecido do mesmo modo, “considerando o peso relativo dos lugares em meios de hospedagem e restaurantes de cada uma das zonas com relação ao total regional”. (ALMEIDA, 2006, p.90).

Então por fim é calculado o valor ou a hierarquia final desses recursos, “multiplicando suas hierarquias primárias pelo fator de ponderação da zona” onde estão localizados (ALMEIDA, 2006, p.91).

Conforme Leno Cerro (1993, *apud* ALMEIDA, 2006, p.91)

Esta modificação da metodologia da OEA, que apresenta algumas vantagens e inconvenientes, poderia servir de base para posteriores investigações que se aprofundem nos critérios de seleção dos distintos elementos que intervêm no fator de ponderação zonal e no peso relativo de cada um destes elementos. Não obstante, apesar das arbitrariedades que podem ser detectadas, esta modificação apresenta claros avanços com

relação à metodologia original e inclui alguma novidade frente a outras metodologias de avaliação de recursos [...].

O autor ainda salienta que, diferentemente de outros métodos apresentados por ele, optou-se aqui por aferir, aos fatores internos do recurso (fundamentalmente sua capacidade de atração) frente aos fatores externos (acessibilidade, equipamento turístico etc.), um peso específico maior.

Leno Cerro discorre que

o fator de ponderação zonal (fatores externos) corrige unicamente a valoração inicial do recurso determinada por seu próprio poder de atração. Esta questão metodológica é especialmente válida na análise do potencial turístico de áreas rurais, já que normalmente estas se caracterizam por reunir recursos com um alto potencial turístico e possuir níveis muito baixos de acessibilidade e de equipamentos turísticos (LENO CERRO, 1993, *apud* ALMEIDA, 2006, p.91).

Os cuidados na adaptação da metodologia original vêm a agregar precisão na avaliação de áreas turísticas, já que integra “fatores específicos dos recursos turísticos com outros fatores que caracterizam as áreas turísticas (demais componentes da oferta)” (ALMEIDA, 2006, p.91-92).

Um ponto positivo observado nesta metodologia é que esta oferece a possibilidade de hierarquização dos recursos, o que permite determinar sua importância quando comparado a outros de características semelhantes.

Nota-se também que o método foi corrigido exclusivamente para a realidade da Comunidade Autônoma de La Rioja, e que portanto, também deverá ocorrer modificações no caso de aplicação do mesmo para outras localidades, de acordo com as suas especificidades.

3.3 A MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO DE ECOTURISMO NO BRASIL

Esta matriz de avaliação foi sugerida pela equipe responsável pelo Projeto Pólos de Desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil, da EMBRATUR e do Instituto de Ecoturismo no Brasil – IEB, (MAGALHÃES, 2001, *apud* ALMEIDA, 2006, p.45).

De acordo com esta publicação “trata-se de uma ferramenta de fácil aplicação, que pode ser operada por equipes locais sem maiores treinamentos ou formação técnica específica” (ALMEIDA, 2006, p.45-46), o que traz vantagens

quando se refere ao seu caráter prático, e desvantagens se pensarmos na qualidade final desta avaliação quando realizada por equipes com pouca capacidade técnica.

De acordo com Magalhães (2001, p. 96 *apud* Almeida, 2006, p.46)

A matriz de avaliação proposta procura retratar as diversas realidades que compõem um determinado cenário, indicando como as ações que possam vir a ocorrer irão se refletir em todo o conjunto, ou em suas partes. Pode ser aplicada mais de uma vez, na medida em que ações propostas forem se concretizando, de modo a monitorar a evolução do pólo, registrando a situação em diferentes momentos.

Considerando que o pólo é composto por elementos intrinsecamente relacionados, a proposta é atribuir a cada elemento um peso relativo, de tal maneira que se possa obter uma interpretação qualitativa, expressa graficamente, das condições daquele lugar e perceber quais os tipos de ações que devem ser implementadas para promover o seu desenvolvimento. A matriz, portanto, pode ser aplicada nos diferentes elementos territoriais componentes do pólo ecoturístico e os dados das avaliações parciais consolidados em uma matriz única para todo o pólo.

Os elementos estabelecidos para fins desta avaliação são os atrativos ecoturísticos, a visitação, infra-estrutura de apoio ao ecoturismo, os serviços de apoio ao ecoturista, as áreas protegidas e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento turístico-ambiental da região (ALMEIDA, 2006, p.46).

Tal avaliação permite saber das necessidades da localidade com relação à

expansão do núcleo urbano, de investimentos em infra-estrutura e equipamentos públicos, a ocorrência de visitação e as características dos visitantes e dos atrativos e a existência e eficácia de políticas públicas para a região (ALMEIDA, 2006, p.46).

Ao sistematizar estas informações por meio de uma matriz gráfica é possível compreender imediatamente o conjunto, refletir sobre as realidades locais dentre outras temáticas, permitindo também a possibilidade de “contato integrado com os fatores determinantes na problemática do pólo ecoturístico” (MAGALHÃES, 2001, *apud* ALMEIDA, 2006, p.46).

Este autor acredita ainda que, tal modelo possa vir a contribuir para com o direcionamento correto do planejamento, servindo de “instrumento auxiliar na formatação de ações e posturas que venham a responder às carências e aos problemas identificados” (MAGALHÃES, 2001, *apud* ALMEIDA, 2006, p.46).

Almeida (2006, p.47) em explicação referente à aplicação da matriz discorre que “[...] para cada um dos itens de matriz de avaliação, deve-se estabelecer notas, em números inteiros, de zero a três”, conforme quadro que será apresentado a

seguir, sendo que zero significa inexistência do fator considerado e três, a condição de excelência máxima do quesito, tendo-se em mente, ainda, que se parte do princípio que os fatores com baixa pontuação podem ser melhorados e de que a importância de cada quesito é relativa a cada caso e, portanto, deve ser ponderada cuidadosamente pelo grupo gestor local envolvido no processo. Além da atribuição da nota, deve-se, também, redigir uma justificativa para tal nota, de forma a evitar-se uma avaliação puramente quantitativa.

A seguir, apresenta-se a matriz de avaliação proposta pelo Projeto Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil:

Quadro 2: Composição da Matriz de Avaliação do Projeto Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil

Elementos de Avaliação	Fatores	Notas	Condições
Atrativos	Características	0	Inexistentes
		1	Comuns
		2	Significativos
		3	Excepcionais
	Condições para visitação	0	Inexistentes
		1	Precárias
		2	Inadequadas
		3	Adequadas
Visita�o	Quantidade	0	Inexistente
		1	Excessiva
		2	Com potencial
		3	Adequada
	Origem da demanda	0	Inexistente
		1	Local
		2	Regional/local
		3	Regional/local/ Internacional
	Sazonalidade	0	Inexistente
		1	Esporádica
		2	Por temporada
		3	Ano inteiro
Infra-estrutura	Acessibilidade e circula�o	0	Inexistente
		1	Precária
		2	Inadequada
		3	Adequada
	Infra-estrutura urbana	0	Inexistente
		1	Precária
		2	Inadequada
		3	Adequada
	Serviços urbanos	0	Inexistentes
		1	Precários
		2	Inadequados
		3	Adequados
Serviços	Meios de hospedagem	0	Inexistentes
		1	Precários
		2	Inadequados

	Meios de alimentação	3	Adequados
		0	Inexistentes
		1	Precários
		2	Inadequados
		3	Adequados
	Serviços ecoturísticos	0	Inexistentes
		1	Precários
		2	Inadequados
		3	Adequados
		Áreas protegidas	
		1	Não regularizadas
		2	Em processo
		3	Regularizadas
Políticas públicas	Existência	0	Inexistentes
		1	Incipientes
		2	Em processo
		3	Consolidadas
		Eficácia (reversão em benefícios para as comunidades locais)	0
	1		Insignificantes
	2		Irregulares
	3		Significativos

Fonte: adaptado de MAGALHÃES (2001 *apud* ALMEIDA, 2006, p.47-49)

As avaliações finais dos quesitos atrativos e visitação devem ser feitas a partir das médias ponderadas dos fatores (ALMEIDA, 2006, p.49).

Almeida (2006, p.49) tece algumas considerações sobre tal matriz. Para ele a quantidade da visitação refere-se à estimativa de fluxo de visitantes no pólo em relação à sua capacidade de carga – o que pressupõe a necessidade da existência de tais limites delimitados, e bastante questionáveis atualmente, face às dificuldades de fixação e implantação destes limites e às modernas técnicas de monitoramento e avaliação da visitação que, gradualmente, vão substituindo o conceito tradicional de capacidade de carga.

Um segundo questionamento se refere a quantidade de visitantes, será que a quantidade excessiva de visitantes (equivalente à nota 1 no mesmo quesito supra) não pode ser tão (ou mais) prejudicial que a ausência de visitação? Assim, estará de acordo tal sistema de pontuação para este quesito? Tem-se ainda a questão de como definir clara e objetivamente o que se deve entender por “quantidade adequada” de visitantes?

Esta publicação traz também um estudo de caso referente à implantação de um pólo ecoturístico, apresentado de acordo com os componentes deste método de avaliação, o que conforme Almeida (2006) vem a facilitar a compreensão dos leitores.

Em seguida realiza-se o estudo diagnóstico da situação atual do pólo, fazendo-se recomendações, indicando alternativas de ações para esta área, e sugerindo uma matriz reformulada, a qual segundo Magalhães (2001, p.102 *apud* ALMEIDA, 2006, p.50) viria a evidenciar o potencial desta região, além de identificá-lo como pólo ecoturístico.

A mesma publicação apresenta ainda um quadro de valoração turística, o qual, conforme Magalhães (2001, *apud* ALMEIDA, 2006, p. 50) mencionado anteriormente, possibilita a realização de outra análise referente às condições reais da região e identificação de seu potencial para desenvolvimento do ecoturismo. Neste quadro são listados os itens mais importantes para o pólo e atribuídos valores ou notas a estes.

Quadro 3: Valoração Ecoturística

Elementos	Real	Justificativa	Potencial
ATRATIVOS			
Rios	+1	Faltam equipamentos e guias	+5
Cachoeiras	+1	Faltam acesso e informações	+4
Cavernas	0	Inexploradas	+3
Fauna	+2	Poucas informações	+3
Vegetação	+1	Poucas informações	+3
Construções históricas	-2	Abandonadas	+2
Sítios arqueológicos	-2	Inexplorados	+2
Festas populares	0	Poucas informações	+2
Culinária	+1	Poucas informações	+3
Artesanato	0	Poucas informações	+2
TOTAL PARCIAL	+2		+29
ÁREAS PROTEGIDAS			
Parques nacionais	0	Inexistentes	
Parques estaduais	0	Criação de um Parque do Cerrado	+3
Parques municipais	0	Criação de um centro de visitação	+3
APAs	+1	Pouco significativa	+1
RPPNs	0	Áreas particulares adequadas	+2
TOTAL PARCIAL	+1		+9
PÚBLICO			
Ecoturista típico	+1	Poucas informações	+4
Estudantes	+1	Poucas informações	+4
Especialistas	0	Poucas informações	+4
Esportistas	+1	Poucas informações	+4
TOTAL PARCIAL	+3		+16
INFRA-ESTRUTURA			
Hospedagem	0	Inexistência de hotéis e pousadas	+3
Alimentação	+1	Somente um bar e uma lanchonete	+4
Acesso	+2	Estradas secundárias ruins	+5
Comunicação	-1	Faltam telefones	+3
Saneamento	-1	Precário	+4
Saúde	-2	Ausência de hospital	+4

TOTAL PARCIAL	-1		+23
SERVIÇOS			
Agências de turismo	-1	Não existem	+4
Guias	-2	Não existem	+5
Informação	-1	Muito precária	+5
TOTAL PARCIAL	-4		+14
PROGRAMAS			
PNMT	+1	Incipiente	+4
Investimentos	0	Não existem	+4
Associativismo	+1	Incipiente	+5
TOTAL PARCIAL	+2		+13
TOTAL GERAL	+3		+104

Fonte: MAGALHÃES (2001 *apud* ALMEIDA, 2006, p.50-51)

As notas com variação entre +5 e -5 indicam a situação real de cada um dos fatores considerados, sendo tal pontuação justificada em seguida, e também a situação desejada ou potencial, a qual, quando implementadas as ações propostas, poderá vir a ser atingida. As possibilidades de desenvolvimento e as áreas que devem receber maior atenção para tal são conhecidas através da “diferença entre os totais (reais e potenciais)” (ALMEIDA, 2006, p.51-52).

Este método como os outros apresenta pontos positivos. O primeiro concerne a ferramenta ser de fácil aplicação, podendo ser operada por equipes sem maiores treinamentos ou capacitação técnica, facilitando o trabalho mesmo quando realizado por pessoas tecnicamente mais capacitadas.

Além disso, a matriz pode ser aplicada mais de uma vez, na medida em que ações propostas forem se concretizando, sendo possível o monitoramento da evolução do pólo, registrando a situação na qual se encontra em diferentes momentos.

Tem-se também a questão de a matriz considerar elementos intrínsecos, ou seja, de características próprias das diferentes áreas turísticas do pólo, o que vai direcionar de forma mais correta quais os tipos de ações que devem ser implementadas para promoção do desenvolvimento, dentre outras necessidade do pólo.

Lembrando que esta metodologia foi desenvolvida para a aplicação em Pólos Ecoturísticos, e que esta também deverá receber ajustes quando na aplicação de uma área isolada.

Durante o desenvolvimento conceitual desta pesquisa, percebe-se o planejamento como uma ferramenta fundamental, para que o desenvolvimento de atividades de turismo receptivo em localidades ocorra de maneira harmoniosa com o tipo de ambiente em que se insere, causando o mínimo de impactos negativos e maximizando as possibilidades positivas.

Em áreas naturais protegidas percebeu-se o planejamento para o turismo como uma necessidade, pelas suas características intrínsecas referentes à fragilidade desses meios.

Foi verificado que o planejamento interfere diretamente na estruturação da oferta turística, no que se refere à instalação e organização de equipamentos, serviços e infra-estrutura de apoio, necessários para recepção e atendimento de visitantes.

Também se descreve conceitos referentes à avaliação da oferta turística e do potencial turístico, estudo realizado durante o planejamento turístico, este que permite saber da situação atual das possibilidades de desenvolvimento da atividade turística em localidades.

Ao final são discutidas algumas metodologias de avaliação necessárias para melhor compreensão deste assunto.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS PARQUES OBJETOS DE ESTUDO

Neste momento apresenta-se uma breve caracterização sobre os Parques Estaduais do Guartelá e de Vila Velha, objetos de estudo desta pesquisa.

4.1 PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

O Parque Estadual de Vila Velha encontra-se no Segundo Planalto Paranaense, na região dos Campos Gerais, município de Ponta Grossa, tendo como limites a propriedade de Hans Moon na porção ocidental, um dos afluentes do Rio Guabiroba na porção oriental, as propriedades de João Braga na porção oriental e setentrional, as propriedades de Jorge Demiate na porção setentrional, e o Rio Guabiroba, as propriedades de Adolfo de Oliveira e Placas do Paraná em sua porção meridional (IAP, 2004c, p.1 e 9).

O acesso ao parque se dá pela rodovia BR-376, estando a uma distância de aproximadamente 20 km da sede do município de Ponta Grossa e a 80 km da capital Curitiba (IAP, 2004c, p.1).

Sua superfície de 3.122,11 ha, estando localizado entre as coordenadas geográficas 25°12'34" e 25°15'35" de latitude S, 49 °58'04" e 50°03'37". Sua altitude máxima está na área denominada Fortaleza, e é de 1.068m (IAP, 2004c, p.1).

A paisagem do parque é formada por vegetação, aspectos geológicos e campos nativos. Conforme o IAP (2013, s/p) o objetivo da Unidade de Conservação é proteger as formações areníticas de grande valor cênico e parcelas de campos nativos do Paraná.

Atualmente, a gestão de uso público do Parque encontra-se sob a responsabilidade da ECOPARANÁ. O objetivo desta organização, para esta unidade de conservação, é garantir qualidade no atendimento aos visitantes, oferecendo produtos e serviços diferenciados, tais como, atividades de recreação, educação ambiental e interpretação da natureza, além de propostas e soluções inovadoras para desenvolvimento do turismo (PARANÁ, 2013, s/p).

4.1.1 Aspectos Relacionados ao Turismo

Por conta da beleza exótica de sua paisagem, o Parque Estadual de Vila Velha tem um considerável fluxo de turistas. Durante todo o ano de 2012, esta UC recebeu um total de 60.812 visitantes (PARANÁ, 2013), atraídos por seus principais atrativos.

Atrativos naturais:

Arenitos: esculpidos pela ação dos ventos e das chuvas, lembram figuras como: índio, noiva, garrafa, bota e a famosa taça, cartão postal e símbolo do Parque, é considerado um importante patrimônio geológico do Paraná (IAP, 2013, s/p).



Fig. 1: A Taça de Vila Velha

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Furnas: que se caracterizam como crateras areníticas circulares de grande diâmetro até 100 metros de profundidade. caracterizadas como crateras areníticas circulares de grande diâmetro e paredes verticais de até 100 metros de profundidade (IAP, 2013, s/p).



Fig. 2: A Furna 1

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Lagoa Dourada: de água cristalina, onde se pode até mesmo observar o peixes. Possui a mesma origem das Furnas, com água cristalina onde é possível visualizar cardumes de peixes, é um importante local para a reprodução de peixes como a traíra, o bagre e a tubarana. (IAP, 2013, s/p).



Fig. 3: Vista parcial da Lagoa Dourada

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Fauna: formada por: aves como Curruíra-do-Campo e o Jacuguaçu, mamíferos como o Tamanduá Bandeira e o Lobo-Guará, e outros (IAP, 2004e, 137-139).

Vegetação: caracterizada pela presença de espécies como: a Samambaia-Açu, a Carqueja, Cacto, Orquídeas, entre outras (IAP, 2004e, 136-137).

Equipamentos e serviços:

Centro de visitantes: onde ocorre o repasse de informações gerais com a exibição de um vídeo educativo/informativo sobre o Parque e a região dos campos gerais. Possui auditório, lanchonete, centro de informações, sanitários e fraldário (IAP, 2013, s/p).



Fig. 4: Centro de visitantes PEVV

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Estacionamento: com capacidade para 300 veículos de pequeno porte e 11 de maior porte (ônibus e caminhões) (IAP, 2013, s/p).



Fig. 5: Estacionamento PEVV
Fonte: arquivo pessoal (2013)

Trilha Arenitos e Bosque: auto-guiada, com 2.671 m de extensão, grau de dificuldade leve, com tempo aproximado para o percurso = 2 horas. Nesta trilha o visitante pode observar as formações rochosas areníticas, a fauna e flora locais, e podem ser aplicadas dinâmicas de interpretação ambiental pelos monitores e voluntários (IAP, 2013, s/p).

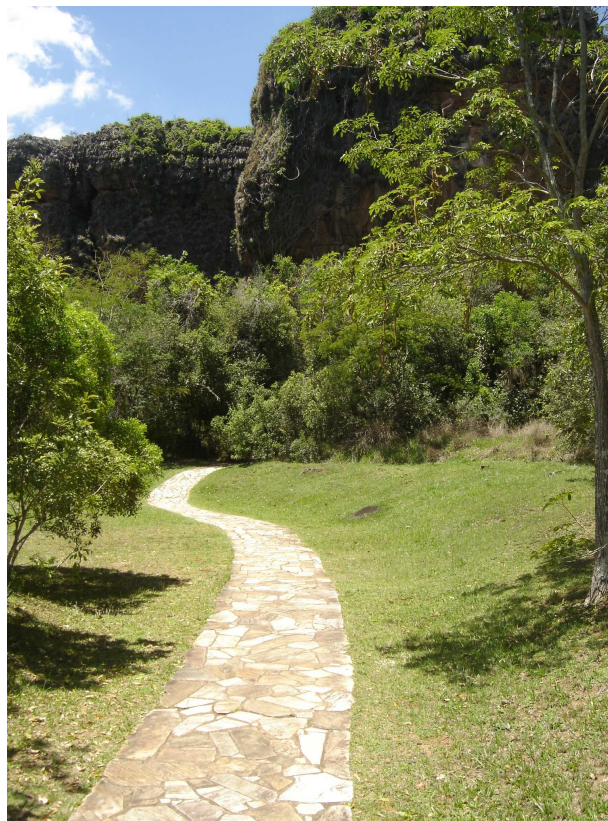


Fig. 6: Vista parcial da trilha Arenitos e Bosque
Fonte: arquivo pessoal (2013)

Trilha Furnas: Auto-guiada, com 500 m de extensão, grau de dificuldade leve, de formato circular, permite acesso ao mirante, a Furnas 1 e 2. Tempo previsto para o percurso = 1 hora (IAP, 2013, s/p).



Fig. 7: Vista parcial da trilha Furnas

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Trilha Lagoa Dourada: Guiada, com 400 m de extensão, grau de dificuldade leve, tem formato linear, com largura 2 metros, permitindo a circulação de pessoas nos dois sentidos. A trilha possibilita o acesso à lagoa para observação do ambiente e fauna aquática. Tempo previsto para o percurso = 40 minutos (IAP, 2013, s/p).



Fig. 8: Vista parcial da trilha Lagoa Dourada

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Guarita Portal: onde são feitas a identificação e o controle de entradas e saídas de veículos

Mirantes: Furnas e Lagoa Dourada



Fig. 9: Mirante Furna 1

Fonte: arquivo pessoal (2013)



Fig. 10: Mirante Lagoa Dourada

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Elevador Furnas: utilizado para se chegar ao fundo da furna 1, o qual encontra-se desativado, servindo apenas de mirante.



Fig. 11: Elevador Furnas

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Infra-estrutura de apoio turístico:

BR 376:



Fig. 12: Vista parcial da BR 376

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Sistema de transportes e circulação interna:



Fig. 13: Ônibus do PEVV

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Planos, programas e projetos:

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) é responsável pela elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha, publicado em 2004. Os planos e

projetos, contidos neste documento (IAP, 2004g, p.1-132), vinculados diretamente com a atividade turística, vem a ser:

- manejo do meio ambiente e recursos naturais.
- instalação de infra-estrutura e equipamentos, como sinalização.
- desenvolvimento de atividades de recreação e interpretação ambiental.
- centro de lazer.
- identificação do perfil do usuário.
- implementação de trilhas interpretativas.
- divulgação do PEVV.
- capacitação de monitores para orientação de visitantes.
- segurança de usuários.
- monitoramento do uso público e impactos.

4.1.2 Antecedentes Históricos

A História do Parque Estadual de Vila Velha inicia-se há muito mais tempo do que se pode imaginar. De acordo com o IAP (2004c, p.6) isto é há 400 milhões de anos, quando a área era coberta por um oceano interior, período no qual foram depositados sedimentos grosseiros (formação Furnas) seguidos por sedimentos mais finos (formação Ponta Grossa).

No período carbonífero, há 280 milhões de anos, esta parte do planeta foi coberta por glaciações. O processo de derretimento dessas geleiras veio a causar o arraste de pedaços de rochas e depósitos de areia fruto dos extintos oceanos. As águas e o gelo contribuíram para o lento processo que deu origem ao local que hoje conhecemos como Vila Velha (IAP, 2004c, p.6-7).

A existência de civilizações de aborígenes nesta região data de 20.000 anos atrás (IAP, 2004 c, p.7). Primeiro foram em bandos, depois tribos, chegando então a tribos avançadas como a dos caingangues que habitavam este local nos tempos do descobrimento (IAP, 2004c, p.7).

O registro da passagem de bandeirantes paulistas nesta região é datado de meados do século XVI (IAP, 2004c, p.7). Também em 1541, passou por ali um grupo liderado por Don Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que saiu da ilha de Santa Catarina, passou pelas Cataratas do Iguaçu e seguiu para Assunção (IAP, 2004c, p.7).

A região já estava povoada desde o século XVII, mas só em meados de 1800 começaram as posses de terras na região e a influência civilizadora. Com a chegada da família real portuguesa no Brasil, e devido à necessidade de estudos referentes às características deste país, cientistas como o francês Auguste de Saint-Hilaire, no período de 1816 a 1822, e o inglês Thomas P. Bigg-Witter, no período de 1872 a 1875, fizeram estudos e descreveram suas experiências para brasileiros e europeus, destacando a paisagem e população residente deste local (IAP, 2004c, p.7).

A primeira referência sobre Vila-Velha na literatura brasileira data do ano de 1886. Segundo o IAP (2004c, p.7) esta foi escrita pelo Visconde de Taunay, quando este ocupava o cargo de Presidente da Província do Paraná. Baseado em observações do Professor Nivaldo Braga, Taunay faz a descrição de Vila Velha, Furnas e Lagoa Dourada. Nesta época a região de Vila Velha fazia parte da Fazenda Capão Grande, pertencente a Domingos Ferreira Pinto, o Barão de Guaraúna.

A constatação do valor cênico, científico e ambiental, e de que o local constitui um importante pólo de visitação turística e científica a nível estadual, nacional e internacional, e a necessidade de proteção do patrimônio natural determinou a criação do Parque Estadual de Vila Velha (IAP, 2004c, p.7-8).

A criação do Parque Estadual de Vila Velha ocorreu em 12 de outubro de 1953 através da Lei Estadual n.º 1.292, possuindo uma área de 3.122,11ha compreendendo Vila Velha e Lagoa Dourada. Treze anos depois de sua criação, o Parque Estadual de Vila Velha é tombado como Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná (IAP, 2004c, p.8).

Em 1970, o estado transferiu uma área de 424,88 há do PEVV para a PARANATUR. Segundo o IAP (2004c, p.9) começava aqui as dificuldades para a gestão do Parque, constituindo-se no primeiro fracionamento de sua administração.

Em 10 de junho de 1975, através do Decreto Estadual n.º 573, a Secretaria da Agricultura cedeu o imóvel em sua forma integral ao Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR).

Segundo o IAP (2004c, p.9-10) Parque Estadual de Vila Velha então se encontrava sobre administração de três órgãos governamentais distintos:

- PARANATUR com área de 424,88ha, onde estavam Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada, administrando a visitação turística.

-IAPAR com área de 1.397,24ha, ficando 200,00ha para experimentação agrícola e 670,00ha para reflorestamentos, mantendo o restante da área com as características da UC.

-IAP (Instituto Ambiental do Paraná) com uma área de 1.344,72 há composta de campos limpos e matas nativas.

No dia 12 de maio de 1989, mais uma pessoa jurídica passava a fazer parte da administração do Parque Estadual de Vila Velha. Segundo o IAP (2004c, p.10) isso ocorreu no momento em que a PARANATUR (na ocasião transformada em FESTUR) assinou acordo com o Município de Ponta Grossa para administração, responsabilidade, estabelecimento de normas para gestão e exploração turística da área que compreende os Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada. Neste mesmo ano, 1989 a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa acertou a elaboração do Plano Diretor Vila Velha, que dentre outras encaminhava a utilização adequada do potencial para turismo em áreas naturais do município.

No mês de dezembro de 1996 a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa repassa a administração do parque para a PARANÁ TURISMO (a antes chamada FESTUR) (IAP, 2004c, p.10).

No ano de 2000, sob responsabilidade do IAP, foi idealizado o Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha. Segundo este órgão IAP (2004c, p.12) este documento, publicado em 2001, contou com a participação de técnicos de diversas áreas, tendo como objetivos adequar à infra-estrutura do Parque Estadual de Vila Velha.

4.2 PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ

O Parque Estadual do Guartelá encontra-se Segundo Planalto Paranaense, na região dos Campos Gerais, município de Tibagi, Bairro Guartelá de Cima, tendo como limites Norte e Leste o rio Iapó, Noroeste propriedades particulares e Sudoeste o arroio Pedregulho (IAP, 2002 c, p.1-4).

O acesso ao parque se dá pela rodovia PR-340, estando a uma distância aproximada de 18 Km da sede do município de Tibagi, e 213,94 Km em relação a capital Curitiba (IAP, 2002 c, p.1-4).

Sua superfície é de 798,97 ha, sendo as coordenadas geográficas 24°34' Sul do Equador e 50°14' Oeste de Greenwich, à margem esquerda do *canyon* do rio Iapó (IAP, 2002 c, p.1-4).

A paisagem do parque é constituída por vegetação, campos, afloramentos rochosos, paredões de arenito, e outros. Conforme o IAP (2013, s/p) esta Unidade de Conservação protege o patrimônio natural e arqueológico existente na região, e também ecossistemas típicos, locais de beleza cênica, o patrimônio espeleológico, pré-histórico, fontes, nascentes e espécies de fauna e flora nativas.

4.2.1 Aspectos Relacionados ao Turismo

A beleza natural deste local fez com que uma de suas áreas fosse destinada à realização de atividades relacionadas ao ecoturismo, e o número de visitantes que estiveram no Parque Estadual do Guartelá durante todo o ano de 2012 chegou a 20.399 pessoas (PARANÁ, 2013).

Os principais atrativos motivadores das constantes visitas ao parque são:

Atrativos naturais:

Canyon do rio Iapó: é considerado o 6º maior Canyon do mundo em extensão, sendo o único com vegetação nativa, segundo consta no Guinness Book (Livro dos Records). Está situado na porção centro-leste do Estado do Paraná, tendo o centro localizado aproximadamente nas coordenadas 24° 32'S e 50° 17'W (TIBAGI, 2013).



Fig. 14: O Canyon Guartelá

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Cachoeira da Ponte de Pedra: com aproximadamente 200 metros de altura, apresenta a formação de uma ponte cortando a cachoeira, onde a água passa por baixo de sua superfície inferior (TIBAGI, 2013).



Fig. 15: A Cachoeira da Ponte de Pedra

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Panelões: uma espécie de “banheiras naturais” onde é permitido banhar-se (IAP, 2013).



Fig. 16: Panelões

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Fauna: Mamíferos, como Tamanduás, Bugios e Capivaras; aves, como o Gavião-Cabaclo, a Siriema e o Beija-flor do Campo; serpentes como a Jararaca e a falsa coral, e lagartos, entre outros (IAP, 2004 d, p.43-59).

Vegetação: formada por espécies como: Araucária, Ipê Amarelo, Ipê Roxo, Pitanga, Imbuia, Canela, Erva-Mate, e outros (IAP, 2004 d, p.30).

Atrativos Histórico-culturais:

Pinturas Rupestres: que datam de aproximadamente 7.000 anos, tendo sido feitas em rochas e lapas por tribos indígenas, provavelmente os primeiros habitantes da região (IAP, 2013, s/p).

Equipamentos e serviços:

Centro de Visitantes: encontra-se a aproximadamente 1.500 metros do portal, possuindo uma estrutura de aproximadamente 120 m². Possui sala para administração, dois banheiros, cozinha, sala para exposição (onde são realizadas atividades de educação ambiental) local para venda de souvenirs. Possui ainda um deck de madeira em frente à porta de entrada (IAP, 2004 f, p.1).



Fig. 17: Centro de visitantes PEG

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Estacionamento: está localizado ao lado do Centro de Visitantes, pavimentado com poliedros irregulares (IAP, 2004 f, p.1).



Fig. 18: Estacionamento PEG
Fonte: arquivo pessoal (2013)

Trilha Básica: Auto-guiada, com aproximadamente 5.000 m de extensão (ida e volta), grau de dificuldade médio, com acesso aos panelões do Arroio Pedregulho (banho permitido), ao mirante do canyon do Rio Iapó, à cachoeira Ponte de Pedra. Tempo previsto para o percurso = 3 horas (IAP, 2013).



Fig. 19: Trecho da trilha básica
Fonte: arquivo pessoal (2013)



Fig. 20: Trecho trilha básica com plataforma elevada
Fonte: arquivo pessoal (2013)

Trilha das Pinturas Rupestres: Guiada, com 6.000 m de extensão (ida e volta), grau de dificuldade média, com acesso aos panelões do Arroio Pedregulho, às

pinturas rupestres, ao portal de rochas areníticas, além de vários mirantes naturais, com vista para o canyon. Tempo previsto para o percurso = 4 horas. O acesso à trilha é permitido somente com condutor (IAP, 2013).

Mirante do Canyon: sua estrutura foi construída com troncos de eucaliptos. É um dos melhores pontos de observação do canyon do rio Iapó (IAP, 2004 f, p.3).



Fig. 21: Mirante do Canyon

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Portal de Entrada do Parque: pode ser avistado por quem passa pela PR-340, através dele, se tem acesso à entrada do Parque (IAP, 2004 f, p.1).



Fig. 22: Portal de entrada do PEG

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Quiosques para descanso:



Fig. 23: Quiosque

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Pontes de madeira:



Fig. 24: Ponte de Madeira

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Infra-estrutura de apoio turístico:

PR 340 :



Fig. 25: Vista parcial da PR 340

Fonte: arquivo pessoal (2013)

Planos, programas e projetos:

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) é responsável pela elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual do Guartelá, publicado em 2002. Neste documento encontram-se planos de operacionalização e para desenvolvimento sustentável da área. Os projetos contidos neste documento (IAP, 2002 h, p.7-55) vinculados diretamente à atividade turística, vêm a ser:

- Projeto de Comunicação Visual: para divulgação do parque.
- Projeto de Sinalização, para facilitar o uso público.
- Projeto de Monitoramento do Uso Público.
- Projeto de Interpretação Ambiental.
- Projeto de Implantação de Trilhas.
- Projeto de Implantação de um Centro de Integração História - Homem - Ambiente.
- Projeto de Manejo da Visitação.
- Projeto de Identificação do Perfil do Visitante.
- E outros que se referem ao desenvolvimento de novas atividades à visitação, tais como: Observação de Aves, Fotografia da Natureza, Caminhadas Noturnas, Turismo de Bem-Estar, e outros.

4.2.2 Antecedentes Históricos

A região, onde se encontra hoje o Parque Estadual do Guartelá foi primeiramente povoada por indígenas nativos. Muito antes da colonização européia, os habitantes eram índios Tupi-guarani, e posteriormente da tribo Kaingang, que tentavam resistir à pressão exercida por bandeirantes paulistas “desbravadores e colonos oriundos das sesmarias estabelecidas nos Campos Gerais” (IAP, 2002 c, p.5).

Mais recentemente, apenas há algumas décadas, este local era residido por caboclos e grupos de negros, que utilizavam a área para produção de lavouras e criação de animais, apenas para consumo. Ali exercia-se o cultivo de feijão, milho, mandioca e abóbora e criações de gado, aves e suínos (IAP, 2002 c, p.5). A utilização de queimadas e desbaste de terrenos eram práticas comuns para aumento de áreas para lavoura e pastagens, mas ao mesmo tempo, a população residente teria consciência sobre a necessidade de equilíbrio com os ambientes naturais, já que era da terra, rios e matas existentes na época que se retirava uma grande parte de seu sustento (IAP, 2002 c, p.5).

A beleza da paisagem produzida pela existência do *canyon* fez com que o local começasse a atrair visitantes de diversos locais, do país e do mundo. De acordo com o IAP (2002 c, p.5), a visitação da área, durante muito tempo, ocorreu de forma desordenada, gerando assim diversos impactos ambientais negativos nas áreas de interesse arqueológico, histórico-cultural e ecológico. A caça e pesca predatória no local e áreas do entorno também vinham causando estragos preocupantes.

No ano de 1991, ainda ocorreu, por ação do poder público, a abertura de uma estrada ligando a PR-340 ao *canyon*, obra que, conforme o IAP (2002 c, p.6) se realizou sem considerar e/ou dimensionar possíveis impactos, o que veio a intensificar os processos erosivos do solo, que em grande parte já se encontrava afetado pela visitação massiva.

Nota-se então que, para proteger as belezas naturais e ordenar a atividade turística esta área deveria ser transformada em uma Unidade de Conservação regulamentada pelo governo. Então, segundo o IAP (2002 c, p.6), em 27 de março de 1992, através do Decreto Estadual nº 1.229 a área se tornou o Parque Estadual do Guartelá, com uma extensão de 4.389,8865 ha que abrangia todo o *canyon* do rio Iapó. Poucos anos depois, em 24 de setembro de 1996, através do Decreto Estadual

nº 2.329, a área antes estabelecida fora reduzida para 798,9748 ha, sendo implantado oficialmente no ano de 1997, com objetivo de proteger áreas de maior interesse arqueológico, histórico-cultural, cênico e ecológico antes localizados nas propriedades de Olímpio Mainardes, Bento Aleixo e Urbano Pupo Martins (IAP, 2002 c, p.6).

5. RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA MATRIZ ADAPTADA DE ALMEIDA (2006) NOS PARQUES ESTADUAIS DE VILA VELHA E GUARTELÁ-PR

A Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Almeida (2006) é uma proposta para municípios turísticos e, portanto, para aplicá-la em parques, houve a necessidade de adaptá-la.

Feitas as adaptações necessárias, ocorreu a aplicação dela nos Parques Estaduais de Vila Velha e do Guartelá. Sendo assim, foi possível verificar a situação atual e potencialidades para cada uma deles.

Os resultados obtidos podem ser visualizados nos quadros abaixo:

5.1 RESULTADOS PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA:

Quadro 4: Resultados da avaliação dos atrativos turísticos Parque Estadual de Vila Velha

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Atrativos Avaliados	Pontuação
Atrativos turísticos	Naturais (e seus respectivos tipos e subtipos)	Hierarquia dos atrativos	Arenitos	3
			Furnas	2
			Lagoa Dourada	2
			Fauna	1
			Vegetação	1
TOTAL NATURAIS				9
SUBTOTAL DIMENSÃO ATRATIVOS TURÍSTICOS				9
MÉDIA FINAL DIMENSÃO ATRATIVOS TURÍSTICOS				2

Fonte: Elaborada pelo autor

Atrativos turísticos: Nesta dimensão, o Parque Estadual de Vila Velha atingiu média 2, sendo considerada uma escala de 1 a 5 pontos.

Se aplicados os parâmetros utilizados na matriz Almeida (2006), à média final atingida pelo Parque, constata-se que este possui atrativos interessantes, capazes de atrair correntes turísticas e locais e regionais.

Para esta avaliação foram considerados os 3 principais atrativos do Parque. A maior hierarquia atribuída foi 3 (Arenitos), sendo observado que, por si só, este pode atrair visitantes advindos de longas distâncias, que tenham chegado a esta região do país motivados por outras atrações turísticas. Furnas e Lagoa Dourada alcançaram média 2, sendo, portanto, capazes de atrair uma demanda turística local e regional. Os outros atrativos considerados foram a Fauna e a Vegetação que alcançaram pontuação 1, observando estes como atrativos complementares, e por si mesmos

capazes de atrair um público reduzido, principalmente pesquisadores, interessados no desenvolvimento de estudos.

Quadro 5: Resultados da avaliação dos equipamentos e serviços turísticos do Parque Estadual de Vila Velha

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Equipamentos e serviços avaliados	Pontuação
Equipamentos e serviços turísticos	Entretenimento e outros serviços turísticos (e seus respectivos tipos e subtipos)	Estrutura e qualidade dos equipamentos	Centro de Visitantes	4
			Estacionamento	4
			Trilhas: Arenitos e Bosque, Furnas, Lagoa Dourada	4
			Mirantes Furnas e Lagoa Dourada	4
			Elevador Furnas (mirante)	3
			Guarita Portal	4
			SUBTOTAL ENTRETENIMENTO	
SUBTOTAL DIMENSÃO EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS				23
MÉDIA FINAL DIMENSÃO EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS				4

Fonte: Elaborada pelo autor

Equipamentos e serviços turísticos: média 4, tendo em vista uma escala de 1 a 5 pontos.

Considerando-se os parâmetros da matriz aplicada, e a média final atingida nesta dimensão, constata-se que o Parque possui equipamentos e serviços com capacidade favorável para atendimento de turistas, de modo individual ou em grupos.

Observa-se no quadro 5, que nesta dimensão, foram avaliados o centro de visitantes, onde se percebe uma boa estrutura e qualidade no serviço de recepção; o estacionamento, amplo com capacidade suficiente para atender a demanda turística atual do Parque; três trilhas/percursos para os atrativos do Parque, sendo verificado que estas estão bem sinalizadas e se apresentam em boas condições para o deslocamento de pessoas; os Mirantes Furnas e Lagoa Dourada, ambos com tamanho mediano, em bom estado de conservação; o Elevador Furnas, que encontra-se desativado, servindo agora mais como um mirante; e a Guarita Portal, que está em bom estado.

Quadro 6: Resultados da avaliação da infra-estrutura de apoio turístico do Parque Estadual de Vila Velha

Dimensão	Categorias de	Indicadores	Itens avaliados	Pontuação
----------	---------------	-------------	-----------------	-----------

	Análise			
Infra-estrutura de apoio turístico	Abastecimento de água, rede de esgotos, limpeza pública e energia elétrica (parque e população local)	Estrutura e qualidade dos serviços	Rede de esgotos: canalizado; Abastecimento de água: oriundo de poços artesianos (IAP, 2004b, p.22); Limpeza: coleta de lixo realizada semanalmente; Energia elétrica: atendem a demandas específicas (internamente e nas proximidades do parque), desenvolvendo-se através de estruturas aéreas (IAP, 2004e, p. 302, 303)	3
	Acesso rodoviário a localidade	Condições das vias de acesso e dos recursos, serviços e instalações de apoio a veículos (sinalização rodoviária e turística)	BR 376	4
	Circulação Interna	Condições das vias de acesso	Vias de acesso aos atrativos do parque	4
	Sistema de Transportes	Estrutura e qualidade dos serviços	Transporte para os atrativos do parque	4
	Sistemas de Comunicações	Estrutura e qualidade dos serviços	Telefonia fixa e móvel	4
	SUBTOTAL DIMENSÃO INFRA-ESTRUTURA DE APOIO TURÍSTICO			
MÉDIA FINAL DIMENSÃO INFRA-ESTRUTURA DE APOIO TURÍSTICO				4

Fonte: Elaborada pelo autor

Infra-estrutura de apoio turístico: a média atingida foi 4, de uma escala de 1 a 5 pontos.

Aplicando-se os parâmetros da matriz aplicada, a média final atingida pelo Parque nesta dimensão, é possível concluir que este dispõe de uma estrutura em condições favoráveis para atender tanto a população local que reside nas áreas de entorno do parque como a demanda turística.

Uma questão identificada diz respeito ao esgoto local. O da Vila Iapar (localizada dentro dos limites do parque), e do bairro Jardim Novo Vila Velha (na

divisa do parque), é lançado no Arroio Capão Grande (limite do Parque com o Jardim) (IAP, 2004b, p.22).

O abastecimento de água não é feito pela SANEPAR, mas testes realizados com a água do subsolo constataram que esta é de boa qualidade, estando armazenada em poços artesianos e canalizada através de motor e bomba (IAP, 2004b, p.22).

As demais categorias analisadas, tanto para atendimento exclusivo dos visitantes do Parque (vias de acesso e transporte interno), como aquelas compartilhadas entre população local e demanda turística (BR 376, e telefonia) se encontram em boas condições para atendimento ao público.

Quadro 7: Resultados da avaliação da dimensão normativo-institucional do Parque Estadual de Vila Velha

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Itens avaliados	Pontuação
Normativo-institucional	Estrutura	Atuação do órgão oficial de turismo no parque	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Ponta Grossa	4
			Sistema SETU - integrado pela Secretaria de Estado do Turismo e por suas vinculadas Paraná Turismo, Ecoparaná e Centro de Convenções de Curitiba	
	TOTAL ESTRUTURA			4
	Instrumentos de planejamento e gestão pública e compartilhada do turismo	Existência de um plano para desenvolvimento turístico atuante no parque	Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha (2004)	5
Existência de legislação turística, urbana, ambiental ou de proteção ao patrimônio e de mecanismos de fiscalização do cumprimento da legislação atuante no parque		O conjunto de leis, decretos e portarias, em nível Federal e específicas do Estado do Paraná, considerados para elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Velha (IAP, 2004)	5	

		Inserção do parque em planos, programas e/ou projetos de desenvolvimento turístico em âmbito regional, estadual e/ou nacional	Plano de Ações Sistema SETU para a gestão pública do turismo paranaense no período 2011-2014 (PARANÁ, 2011) Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDITS Pólo Turístico de Curitiba, Região Metropolitana e Campos Gerais (PARANÁ, 2011)	Plano de ações SETU: 5 PEDITS: 3 Média: 4
TOTAL INSTRUMENTOS				14
Comunicação e distribuição	Possibilidade de integração do parque em roteiros e/ou circuitos		Rota dos Tropeiros	5
	Ações de divulgação		Sites, guia turístico, eventos de turismo	5
TOTAL COMUNICAÇÃO				10
SUBTOTAL DIMENSÃO NORMATIVO-INSTITUCIONAL				28
MÉDIA FINAL DIMENSÃO NORMATIVO-INSTITUCIONAL				5

Fonte: Elaborada pelo autor

Normativo-institucional: foi avaliada a atuação dos órgãos públicos de turismo, ou relacionados a este, no que concerne ao desenvolvimento e gestão do turismo no Parque Estadual de Vila Velha que, nesta dimensão, atingiu média 5, uma vez que há atuação de órgãos oficiais de turismo, tanto do município como do estado, com ações de planejamento e gestão de tal espaço, além da integração do parque em roteiros regionais.

Quadro 8: Resultados da avaliação da dimensão outros fatores do Parque Estadual de Vila Velha

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Itens avaliados	Pontuação
Outros fatores	Proximidade da demanda	Distância dos principais centros emissores regionais	Curitiba e região metropolitana 80 km Guarapuava 153 km Londrina 267 km	4
	Disponibilidade de áreas para expansão	Existência de áreas para expansão dos atrativos e/ou equipamentos turísticos no parque	Pesquisa no Plano de Manejo (IAP, 2004 e, p.282-305)	5
	Disponibilidade	Existência de	De acordo com a	

	de mão-de-obra	mão-de-obra em quantidade e qualidade para atendimento ao turista no parque	capacitação dos funcionários e quanto ao atendimento ao público	5
SUBTOTAL DIMENSÃO OUTROS FATORES				14
MÉDIA FINAL DIMENSÃO OUTROS FATORES				5

Fonte: Elaborada pelo autor

Outros fatores: Nesta dimensão, o Parque Estadual de Vila Velha alcançou a pontuação máxima, média 5.

Os centros emissores considerados foram municípios com maior população, exceto o município sede (Ponta Grossa), localizados mais próximos desta unidade de conservação, sendo estes: Curitiba e região metropolitana 80 km, Guarapuava 153 km e Londrina a 267 km.

Quanto à existência de áreas para expansão dos atrativos e/ou equipamentos turísticos no Parque Estadual, esta avaliação tomou por base o seu Plano de Manejo, constatando-se que este sugere uma série de projetos neste sentido. Como este documento fora elaborado no ano de 2004, observa-se que algumas destas já foram implementadas, e outras estão sendo colocadas em prática, tais como sinalização para facilitar o uso público, implantação do centro de visitantes, entre outras.

A mão de obra disponível no Parque, são funcionários terceirizados da ECOPARANÁ, estando estes em quantidade necessária, e garantindo qualidade no que diz respeito à recepção, guia e monitoramento das visitas.

Quadro 9: Média final do Parque Estadual de Vila Velha

Dimensão	Média final por dimensão
Atrativos turísticos	2
Equipamentos e serviços turísticos	4
Infra-estrutura de apoio turístico	4
Normativo-institucional	5
Outros fatores	5
TOTAL MÉDIAS	20
MÉDIA FINAL	4

Fonte: Elaborada pelo autor

A média final atingida pelo Parque Estadual de Vila Velha, calculada por meio das médias de todas as dimensões avaliadas é 4, tendo em vista uma escala de 1 a 5 pontos.

Este resultado reflete as boas condições que o parque possui atualmente, no que se refere à prática de atividades relacionadas ao turismo, observando que esta UC não atinge média máxima considerando que seu conjunto de atrativos possui menor relevância quando comparado a outros de grande significado internacional, e por conta de pequenas melhorias a serem implementadas com relação a equipamentos e infra-estrutura de apoio turístico.

5.2 RESULTADOS PARQUE ESTADUAL DO GUARTELÁ

Quadro 10: Resultados da avaliação dos atrativos turísticos do Parque Estadual do Guartelá

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Atrativos Avaliados	Pontuação
Atrativos Turísticos	Naturais (e seus respectivos tipos e subtipos)	Hierarquia dos atrativos	Canyon Guartelá	3
			Cachoeira da Ponte de Pedra	2
			Panelões	1
			Fauna	1
			Vegetação	1
	TOTAL NATURAIS			
	Histórico-culturais (e seus respectivos tipos e subtipos)	Hierarquia dos atrativos	Pinturas Rupestres	2
TOTAL HISTÓRICO-CULTURAIS				2
SUBTOTAL DIMENSÃO ATRATIVOS TURÍSTICOS				10
MÉDIA FINAL DIMENSÃO ATRATIVOS TURÍSTICOS				2

Fonte: Elaborada pelo autor

Atrativos turísticos: Nesta dimensão, o Parque Estadual do Guartelá atingiu média 2, sendo considerada uma escala de 1 a 5 pontos.

Se aplicados os parâmetros utilizados na matriz Almeida (2006), à média final atingida pelo Parque, constata-se que este possui atrativos interessantes, capazes de atrair correntes turísticas e locais e regionais.

Para esta avaliação foram considerados os principais atrativos do Parque. A maior hierarquia atribuída foi 3 ao Canyon Guartelá, sendo observado que, por si só, este pode atrair visitantes advindos de longas distâncias, que tenham chegado a esta região do país motivados por outras atrações turísticas. A Cachoeira da Ponte de Pedra alcançou média 2, sendo, portanto, capaz de atrair uma demanda turística

local e regional. Os outros atrativos considerados, sendo estes os Panelões, a Fauna e Vegetação alcançaram hierarquia 1, observando estes como atrativos complementares, capazes por si só, de atrair apenas a pesquisadores, interessados no desenvolvimento de estudos.

Quadro 11: Resultados da avaliação dos equipamentos e serviços turísticos do Parque Estadual do Guartelá

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Equipamentos e serviços avaliados	Pontuação
Equipamentos e serviços turísticos	Entretenimento e outros serviços turísticos (e seus respectivos tipos e subtipos)	Estrutura e qualidade dos equipamentos	Centro de Visitantes	3
			Estacionamento	3
			Trilhas: Básica e das Pinturas Rupestres	4
			Mirante do canyon	4
			Pontes de Madeira	4
			Quiosques	3
			Portal de Entrada do Parque	2
SUBTOTAL ENTRETENIMENTO				23
SUBTOTAL DIMENSÃO EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS				23
MÉDIA FINAL DIMENSÃO EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS				3

Fonte: Elaborada pelo autor

Equipamentos e serviços turísticos: média 3, tendo em vista uma escala de 1 a 5 pontos.

Considerando-se os parâmetros da matriz aplicada, e a média final atingida nesta dimensão, constata-se que o Parque possui equipamentos e serviços com capacidade restrita para atendimento de turistas, de modo individual ou em grupos.

Observa-se no quadro, que nesta dimensão, foram avaliados o centro de visitantes, onde se percebe uma estrutura razoavelmente boa para recepção e atendimento de visitantes; o estacionamento, com capacidade suficiente para atender a demanda turística atual do Parque; duas trilhas, percurso para os atrativos, ambas bem sinalizadas e em boas condições para o deslocamento de pessoas; o mirante do canyon, amplo, bem localizado, e com uma estrutura

resistente; pontes de madeira em bom estado de conservação; quiosques, sendo apenas alguns, localizados em pontos estratégicos para descanso; e o Portal de entrada, o qual necessitaria de reparos, com o intuito de chamar a atenção, de quem chega, ou passa pela PR 340.

Quadro 12: Resultados da avaliação da infra-estrutura de apoio turístico do Parque Estadual do Guartelá

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Itens avaliados	Pontuação
Infra-estrutura de apoio turístico	Abastecimento de água, rede de esgotos, limpeza pública e energia elétrica (parque e população local)	Estrutura e qualidade dos serviços	Rede de esgotos: fossa séptica; Abastecimento de água: através de poços artesianos; Limpeza: funcionários do parque; Energia elétrica: Rede de alta tensão que transpassa pelo parque	3
	Acesso rodoviário a localidade	Condições das vias de acesso e dos recursos, serviços e instalações de apoio a veículos (sinalização rodoviária e turística)	PR 340	3
	Circulação Interna	Condições das vias de acesso	Vias de acesso interno do parque	3
	Sistema de Transportes	Estrutura e qualidade dos serviços	Transporte interno do parque	3
	Sistemas de Comunicações	Estrutura e qualidade dos serviços	Telefonia fixa e móvel, sistema de rádio e comunicação	2
	SUBTOTAL DIMENSÃO INFRA-ESTRUTURA DE APOIO TURÍSTICO			
MÉDIA FINAL DIMENSÃO INFRA-ESTRUTURA DE APOIO TURÍSTICO				3

Fonte: Elaborada pelo autor

Infra-estrutura de apoio turístico: a média atingida foi 3, de uma escala de 1 a 5 pontos.

Aplicando-se os parâmetros da matriz aplicada, à média final atingida pelo Parque nesta dimensão, é possível concluir que este dispõe de uma estrutura em

condições restritas para atender tanto a população local que reside no entorno do parque, como a demanda turística.

Não há documentos que constem sobre a presença de rede de esgotos no Parque, sendo este descartado por meio de fossa séptica.

O abastecimento de água é feito por meio de poços artesianos, canalizada mediante motor e bomba.

A limpeza é realizada por funcionários, sendo a presença de lixeiras constante, e os visitantes são orientados através de vídeos, placas e pelo próprio pessoal, a não jogar lixo na natureza, colaborando assim para a preservação do ambiente.

Quanto a energia elétrica observa-se estruturas e redes de alta tensão, responsáveis pela distribuição de energia para o local e comunidades do entorno, as quais transpassam o interior do Parque, gerando assim, impacto visual desproporcional para com os princípios de uma Unidade de Conservação.

A via de acesso para veículos dentro do Parque são trechos das trilhas, com maior diâmetro, e veículos responsáveis pelo transporte de funcionários, e visitantes, quando precisam de apoio para retornar ao centro de visitantes.

A telefonia fixa encontra-se desativada e a móvel é estável. O sistema de rádio e comunicação é utilizado para monitoramento.

A PR 340 encontra-se em bom estado de conservação, e bem sinalizada, observando-se apenas a ausência de acostamentos, o que viria a contribuir para com a segurança dos usuários.

Quadro 13: Resultados da avaliação da dimensão normativo institucional do Parque Estadual do Guartelá

Dimensão	Categorias de Análise	Indicadores	Itens avaliados	Pontuação
Normativo-institucional	Estrutura	Atuação do órgão oficial de turismo no parque	Secretaria do Meio ambiente e Turismo de Tibagi Sistema SETU - integrado pela Secretaria de Estado do Turismo e por suas vinculadas Paraná Turismo, Ecoparaná e Centro de Convenções de Curitiba	3

	TOTAL ESTRUTURA			3
Instrumentos de planejamento e gestão pública e compartilhada do turismo	Existência de plano de desenvolvimento turístico atuante no parque	Plano de Manejo do Parque Estadual do Guartelá (2002)	5	
	Existência de legislação turística, urbana, ambiental ou de proteção ao patrimônio e de mecanismos de fiscalização do cumprimento da legislação atuante no parque	O conjunto de leis, decretos e portarias, em nível Federal e específicas do Estado do Paraná, considerados para elaboração do zoneamento do parque Estadual do Guartelá (IAP, 2002)	5	
	Inserção do parque em planos, programas e/ou projetos de desenvolvimento turístico em âmbito regional, estadual e/ou nacional	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDITS Pólo Turístico de Curitiba, Região Metropolitana e Campos Gerais (PARANÁ, 2011)	3	
	TOTAL INSTRUMENTOS			13
Comunicação e distribuição	Possibilidade de integração do parque em roteiros e/ou circuitos	Rota dos Tropeiros	5	
	Ações de divulgação	Sites, guia turístico, eventos de turismo	3	
	TOTAL COMUNICAÇÃO			8
	SUBTOTAL DIMENSÃO NORMATIVO-INSTITUCIONAL			24
	MÉDIA FINAL DIMENSÃO NORMATIVO-INSTITUCIONAL			4

Fonte: Elaborada pelo autor

Normativo-institucional: foi avaliada a atuação dos órgãos públicos de turismo, ou relacionados a este, no que concerne ao desenvolvimento e gestão do turismo no Parque Estadual do Guartelá que, nesta dimensão, atingiu média 4.

A atuação de órgãos oficiais de turismo, tanto do município como do estado é observada apenas no que diz respeito a divulgação, e mesmo assim de forma limitada.

Quadro 14: Resultados da avaliação da dimensão outros fatores do Parque Estadual do Guartelá

Dimensão	Categorias de	Indicadores	Itens avaliados	Pontuação
----------	---------------	-------------	-----------------	-----------

Análise				
Outros fatores	Proximidade da demanda	Distância dos principais centros emissores regionais	Ponta Grossa 97,50 km Curitiba km 213,94 km Londrina 216,69 km	4
	Disponibilidade de áreas para expansão	Existência de áreas para expansão dos atrativos e/ou equipamentos turísticos no parque	Pesquisa no Plano de Manejo (IAP, 2002)	5
	Disponibilidade de mão-de-obra	Existência de mão-de-obra em quantidade e qualidade para atendimento ao turista no parque	De acordo com a capacitação dos funcionários e quanto ao atendimento ao público	3
SUBTOTAL DIMENSÃO OUTROS FATORES				12
MÉDIA FINAL DIMENSÃO OUTROS FATORES				4

Fonte: Elaborada pelo autor

Outros fatores: Nesta dimensão, o Parque Estadual do Guartelá alcançou média 4.

Os centros emissores considerados foram municípios com maior população, localizados mais próximos desta unidade de conservação, sendo estes: Ponta Grossa, o mais próximo localizado a 97,50 km, Curitiba a 213,94 km, e Londrina a 216,69 km.

Quanto à existência de áreas para expansão dos atrativos e/ou equipamentos turísticos no Parque Estadual, esta avaliação tomou por base o seu Plano de Manejo, constatando-se que este sugere uma série de propostas, projetos e programas neste sentido. Como este documento fora elaborado no ano de 2002, observa-se que algumas destas já estão sendo colocadas em prática.

A mão de obra disponível no Parque, são funcionários terceirizados e estagiários voluntários, estando estes em quantidade restrita, para recepção, guia e monitoramento das visitas.

Quadro 15: Média final do Parque Estadual do Guartelá

Dimensão	Média final por dimensão
Atrativos turísticos	2
Equipamentos e serviços turísticos	3
Infra-estrutura de apoio turístico	3
Normativo-institucional	4
Outros fatores	4
TOTAL MÉDIAS	16

MÉDIA FINAL	3
--------------------	----------

Fonte: Elaborada pelo autor

Considerando as médias atingidas em todas as dimensões avaliadas, o Parque Estadual do Guartelá atingiu média final 3, tendo em vista uma escala de 1 a 5 pontos.

Este resultado é decorrente de que seu conjunto de atrativos apresenta menor relevância quando comparado a outros de grande significado para o mercado turístico internacional, de restrições apresentadas nas dimensões equipamentos e serviços e infra-estrutura de apoio turístico, da atuação um tanto incipiente de órgãos de cunho normativo-institucional, no caso as secretarias de turismo, com relação a esta UC, e de outros fatores, tais como a considerável distância com relação a maiores centros emissores de demanda, e a escassez em quantidade e qualidade de mão de obra para atendimento de visitantes.

No entanto observa-se que com a implementação de algumas ações para melhorias nas estruturas atuais, tais como uma ampliação no centro de visitantes e reparos no portal de entrada, a instalação de novos equipamentos adequados as suas características, a efetivação de programas de qualificação no atendimento, e o desenvolvimento de ações de divulgação bem direcionadas, o Parque Estadual do Guartelá estaria mais bem preparado, para atender a sua demanda atual e também para um possível aumento no número de visitantes.

Considerando às análises individuais e em conjunto, dos elementos da oferta turística, encontrada em Vila Velha e Guartelá, e refletidas até o momento, foi possível realizar uma comparação entre os parques, o qual se encontra descrito na seção seguinte desta pesquisa.

6. ANÁLISE COMPARATIVA DA AVALIAÇÃO DOS PARQUES ESTADUAIS DE VILA VELHA E DO GUARTELÁ

Os resultados obtidos pela aplicação da matriz adaptada de Almeida (2006), possibilitaram a verificação da situação atual e potencialidades dos Parques Estaduais de Vila Velha e do Guartelá, e também análise comparativa entre estes a qual é apresentada na sequência:

Quadro 16: Análise comparativa da dimensão atrativos turísticos

Dimensão	VILA VELHA	GUARTELÁ
Atrativos turísticos	Médias finais por dimensão	
	2	2

Fonte: Elaborada pelo autor

- Atrativos turísticos: observa-se no quadro acima que os dois parques obtiveram médias finais iguais, no entanto temos aqui valores arredondados e, portanto, se considerarmos os números reais, Vila Velha (1,8) apresenta vantagem sobre Guartelá (1,66). Quanto aos atrativos de maior hierarquia presentes em cada parque, mesmo que tenham recebido a mesma pontuação (3 pontos), os Arenitos também estão em vantagem sobre o Canyon Guartelá. O motivo disso é que o principal atrativo do Parque Estadual de Vila Velha causa maior impacto visual nos visitantes, capaz de entreter por mais tempo, pois são inúmeros e suas formas não são comuns. Embora seja necessário lembrar que isto é uma questão de opinião própria, envolve o subjetivo, apresentando variação de pessoa pra pessoa, este ainda parece ser um dos fatores determinantes para justificar a evidente diferença do número de visitantes recebidos em cada um dos Parques. Outro fator a ser salientado, é que o Parque Estadual de Vila Velha, está presente de forma muito mais frequente nas ações de divulgação que envolvem o turismo no estado do Paraná. Isso faz como que tal espaço seja mais buscado pela população, além ainda, da sua proximidade com centros emissores de visitantes.

Quadro 17: Análise comparativa da dimensão equipamentos e serviços turísticos

Dimensão	VILA VELHA	GUARTELÁ
Equipamentos e serviços turísticos	Médias finais por dimensão	
	4	3

Fonte: Elaborada pelo autor

- Equipamentos e serviços turísticos: nesta dimensão percebe-se que o Parque Estadual de Vila Velha alcançou média final superior, o que evidencia a oferta de melhores estruturas e serviços de atendimento, o que evidencia maiores cuidados e investimentos do setor público. Segundo IAP (2011) as despesas do parque são em média 803.750,00 ao ano, enquanto na arrecadação de fundos através de taxas de visitação a média anual é de 437.912,37 e, portanto, a arrecadação cobre apenas 45,4% das despesas, sendo os outros 54,6% provenientes do Tesouro do Estado do Paraná. Neste fator, Vila Velha se sobressai tendo em vista que o número de visitantes que busca o parque é maior se comparado ao de Guartelá, e sendo assim, a melhora e organização dos equipamentos e serviços vem sendo implementada, com vistas a atender esta demanda, que como já apontado, paga para usufruir de tal espaço.

Quadro 18: Análise comparativa da dimensão infra-estrutura de apoio turístico

Dimensão	VILA VELHA	GUARTELÁ
Infra-estrutura de apoio turístico	Médias finais por dimensão	
	4	3

Fonte: Elaborada pelo autor

- Infra-estrutura de apoio turístico: no quadro acima observa-se que a média final obtida por Vila Velha é superior a de Guartelá. Um dos motivos é que a BR 376, acesso ao Parque Estadual de Vila Velha, encontra-se melhor situação que a PR 340, acesso ao Parque Estadual do Guartelá, o que se justifica pelo fato de que na rodovia federal ocorre cobrança de pedágio, e isto garante investimentos para manutenção e melhorias da mesma.

Outra questão se refere a vias de acesso e transporte interno, onde o Parque Estadual de Vila Velha também está mais bem equipado, garantindo a possibilidade de percorrer todos os principais atrativos em um menor período de tempo, e sem muito desgaste de energia, pela existência de ônibus que transporta os visitantes até os principais pontos de visitação (trilhas de acesso aos atrativos, no caso dos arenitos, e aos próprios atrativos Lagoa Dourada e Furnas). No Parque Estadual do Guartelá, o acesso a todos os atrativos, inclusive os mais distantes, é todo ele realizado através de caminhadas por trilhas. No entanto, envolvendo a questão das

trilhas e do transporte até os atrativos, o que se pode comparar de forma coerente é a qualidade estrutural das trilhas, o que nos dois parques se tem uma estrutura em boas condições de recepção. Um fator subjetivo é que as trilhas em Vila Velha são mais leves, levam a um desgaste menor do visitantes, pois o relevo é plano, o que não ocorre no Guartelá, onde o relevo é ondulado, e o percurso é mais desgastante.

Quadro 19: Análise comparativa da dimensão normativo-institucional

Dimensão	VILA VELHA	GUARTELÁ
Normativo-institucional	Médias finais por dimensão	
	5	4

Fonte: Elaborada pelo autor

- Normativo-institucional: também nesta dimensão Vila Velha está em vantagem com relação à Guartelá. Nota-se que um dos parques é mais bem divulgado, e conseqüentemente, mais conhecido. A Taça é o cartão postal do município de Ponta Grossa, e um dos principais símbolos do Paraná. A imagem deste arenito pode ser visualizada na capa do Plano de Ações 2011-2014 da SETU. O Parque Estadual do Guartelá não está inserido neste documento, e nem nas ações de divulgação mais fortes do turismo no estado.

Quadro 20: Análise comparativa da dimensão outros fatores

Dimensão	VILA VELHA	GUARTELÁ
Outros fatores	Médias finais por dimensão	
	5	4

Fonte: Elaborada pelo autor

- Outros fatores: A diferença das médias, observada nesta dimensão, se deve ao fato de que, em Vila Velha está em vigor um projeto de qualificação no atendimento de visitantes, o que vem garantindo, para o trabalho de recepção, guia e monitoramento do uso público, mão-de-obra em quantidade e qualidade adequadas, o que não ocorre em Guartelá, onde a UC dispõe de poucos funcionários.

Outra questão é que o maior emissor de demanda para ambos os parques, a capital Curitiba, encontra-se a uma distância mais próxima do Parque Estadual de Vila Velha, 80 km, contra 213,94 com relação à Guartelá, ou seja, Vila Velha está mais próximo de um número maior de possíveis visitantes. Neste sentido, este

parque se sobressai em se tratando já da visitação atual, que é maior que em Guartelá, e das possibilidades de aumento da demanda, uma vez que há uma grande demanda potencial a ser explorada.

Observando-se as tabelas, percebemos que Vila Velha apresenta vantagens em quase todas as dimensões e que, portanto esta UC poderia servir de modelo para implementação de melhorias em Guartelá, dentre as quais podemos enfatizar a o atendimento de qualidade observado no PEVV, no que se refere à recepção, guia e monitoramento do uso público. Outras considerações são tecidas na próxima e última seção desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de contemplação de paisagens é, entre outras, a principal motivação para a ocorrência de visitação turística em Unidades de Conservação, principalmente porque, em alguns casos, ocorre nestes locais a presença de monumentos naturais de relevante beleza cênica. No entanto é preciso ter alguns cuidados para desenvolvimento do turismo nestas áreas. Para isso, é essencial, a elaboração de um plano de manejo exclusivo para o local, de acordo com suas características intrínsecas. É a concretização das ações relacionadas ao turismo, propostas neste documento, a garantia de que a atividade irá ocorrer de maneira ordenada, sem prejuízos como depredação do patrimônio natural e consequente perda de sua atratividade.

A ocorrência de visitação de forma ordenada em UC's, traz a possibilidade de interação, homem-natureza, conhecimento e valorização do patrimônio natural, sem agressões, contribuindo para a proteção e conservação destes ambientes.

Quanto a possibilidades econômicas, além da geração de empregos internamente, as UC's ainda podem incrementar ou agregar valor a oferta turística dos municípios onde está localizada.

Outra contribuição se refere à realização de estudos relacionados á atividade turística, importante contribuição para formação acadêmica e qualificação da mão de obra técnica.

A proposta de aplicar a matriz de avaliação da oferta turística e de potencialidades turísticas de Almeida (2006) nos Parques Estaduais de Vila Velha e do Guartelá, possibilitou apresentar a situação atual da oferta turística dos dois parques assim como também atentar para possibilidades que estes possuem. Neste sentido, nota-se que o problema de pesquisa proposto que se referia a entender a situação atual da oferta turística e as potencialidades turísticas apresentadas pelos Parques Estaduais de Vila Velha e do Guartelá, foi respondido, sendo um dos pontos fortes do estudo.

Já quanto ao objetivo geral que dizia respeito a efetuar análise comparativa entre a situação atual da oferta turística e potencialidades turísticas apresentadas pelos Parques Estaduais de Vila Velha e do Guartelá, pode-se tecer algumas considerações.

As possibilidades/potencialidades turísticas dos parques estaduais aqui avaliados são díspares.

O Parque Estadual de Vila Velha apresenta vantagens por sua localização, estrutura atual e pelas ações desenvolvidas pelo Estado do Paraná, principalmente no que concerne a sua divulgação, possibilidades de aumento da demanda. Quanto a estrutura atual, nota-se que, se manter o padrão existente pode continuar atendendo bem à demanda que chegar até ele.

O Parque Estadual do Guartelá, tem alguns pontos negativos que fazem com que ele tenha menos possibilidades turísticas que Vila Velha. O principal ponto é sua localização, distante de pólos emissores fortes, como Curitiba e região metropolitana. Um segundo ponto se refere às ações do Estado do Paraná sobre tal espaço, que são mais incipientes se comparadas as efetuadas sobre o Vila Velha e seus atrativos, principalmente quanto a divulgação.

De toda forma, caberiam em Guartelá ações no sentido de atrair uma demanda regional proveniente de pequenos municípios próximos deste, uma ação do órgão municipal de turismo de Tibagi, por exemplo. O espaço possui uma estrutura boa para atendimento aos visitantes, com possibilidade de receber uma demanda maior do que vem recebendo.

Contudo, no caso dos dois parques, há que se ter em vista que sendo unidades de conservação, há uma limitação no número de turistas/dia (capacidade de carga) que deve ser seguida. Sendo assim, em toda ação versando sobre possibilidades existentes e seu desenvolvimento, o primeiro ponto a ser pensado é: de que forma organizar tais ações, e atrair novos visitantes, porem poder recebê-los quando da sua vinda respeitando os índices de capacidade de carga? Uma ação de divulgação muito forte pode causar um deslocamento de pessoas naquele momento, por exemplo, em finais de semana, maior do que o que se pode receber, e isso poderia causar um descontentamento e uma imagem negativa para o parque a partir da visão daqueles que por este motivo se deslocassem até o local e não conseguissem visitá-lo. São algumas questões que ficam para reflexão.

Encerra-se este estudo, com novas inquietações, de toda forma, as que para este foram propostas foram respondidas. Espera-se que este estudo e seus resultados inspirem novos trabalhos envolvendo a avaliação de potencialidades em Unidades de Conservação, cabendo salientar sobre a contribuição aqui deixada,

envolvendo aspectos metodológicos para futuras aplicações, que se refere a adaptação da Matriz de Almeida (2006).

A partir dos resultados aqui alcançados nota-se que sua aplicação é pertinente em unidades de conservação, mesmo que novas adaptações sejam necessárias, devido ao tipo da unidade a ser avaliada, no entanto, ela deu conta de gerar dados importantes para os parques, resultados científicos esperados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. Tese de doutorado Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- ANDRADE, José Vicente. **Turismo – Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1992.
- BENI, Mário. **Análise estrutural do turismo**. Senac: São Paulo, 1998.
- BISSOLI, Maria Angela Marques Ambrizi. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 2000. 170p.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: Edusc, 2002.
_____. **Os municípios turísticos**. Bauru: Edusc, 2005.
- BRAGA, Debora Cordeiro. **Planejamento turístico: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- COSTA, Patrícia Cortês. **Unidades de Conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.
- IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Coletânea de Pesquisas: Parques Estaduais de Vila Velha, Cerrado e Guartelá**. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Livros/Livro_PEVV_arrumado.pdf>
- IAP – Instituto Ambiental do Paraná. **Unidades de Conservação**. 2013. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/ucps/index.php?opcao=categoria>>
- IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo Parque Estadual do Guartelá**. Curitiba, 2002c.
- IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo Parque Estadual do Guartelá**. Curitiba, 2002d.
- IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo Parque Estadual do Guartelá**. Curitiba, 2002f.
- IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo Parque Estadual do Guartelá**. Curitiba, 2002h.
- IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo Parque Estadual de Vila Velha**. Curitiba, 2004b.
- IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo Parque Estadual de Vila Velha**. Curitiba, 2004c.
- IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo Parque Estadual de Vila Velha**. Curitiba, 2004d.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo Parque Estadual de Vila Velha**. Curitiba, 2004e.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Plano de Manejo Parque Estadual de Vila Velha**. Curitiba, 2004g.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2 Ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LENO CERRO, Francisco. **Técnicas de evaluación del potencial turístico**. Madrid: Ministerio de Industria, Comercio y Turismo, 1993.

MOLINA, Sergio. **Planejamento integral do turismo**. Bauru: Edusc, 2001.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. 1 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 1998.

PARANÁ. **Atrativos do Paraná 2008 – 2011**. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/AtrativosPR2008_2012.pdf>

_____. **Plano de Ações do Sistema SETU**: para a gestão pública do turismo paranaense no período 2011-2014. Curitiba, 2011.

Disponível em:

<http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/institucional/planoDeAcoesLivretoSITEOK.pdf>

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável PDITS**: Pólo Turístico de Curitiba, Região Metropolitana e Campos Gerais. – Paraná/ Brasil. Curitiba, 2011. Disponível em:

<http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/institucional/PDITS_CRMCG.pdf>

PONTA GROSSA. **Parque Estadual de Vila Velha**. Disponível em:

<<http://www.pg.pr.gov.br/parque-estadual-vila-velha>>

RUSCHMANN, Dóris van de Meene, Glossário do Programa de Pós Graduação em Turismo e Hotelaria. **Visão e Ação**. Itajaí, ano 2, nº 4, fev. 2000.

_____. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 11 ed. Campinas: Papirus, 2004.

_____.WIDMER, Gloria. **Planejamento turístico**. In: ANSARAH, M. **Turismo**: como aprender como ensinar. Vol 2. São Paulo: Senac, 2000.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**: Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: ago. de 2013.

SOARES, Joécio Gonçalves. CARDOZO, Poliana Fabíula. **A avaliação e hierarquização de atrativos turísticos como ferramenta para o planejamento**

turístico. Revista Virtual Partes, São Paulo 2008. Disponível em:
<<http://www.partes.com.br/turismo/poliana/avaliacao.asp>>

TIBAGI. **Natureza:** Parque Estadual do Guartelá. Disponível em:
<<http://tibagi.pr.gov.br/turismo/tibagi/natureza.html>>